



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FACE

Departamento de Economia - Eco

CONSUMO E ENDIVIDAMENTO NA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.

CAMILA BATISTELLA

Brasília - DF

2014

CAMILA BATISTELLA

**CONSUMO E ENDIVIDAMENTO NA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA NO
INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Monografia apresentada ao
Departamento de Economia da
Universidade de Brasília como
requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientação: Adriana Moreira Amado e Guilherme
Resende Oliveira.

Brasília - DF

2014

CAMILA BATISTELLA

**CONSUMO E ENDIVIDAMENTO NA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA NO
INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Monografia apresentada ao
Departamento de Economia da
Universidade de Brasília como
requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Aprovada em de de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Doutora Adriana Moreira Amado

Prof. Mestre Guilherme Resende Oliveira

Brasília - DF

2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por todas as oportunidades que tive. Agradeço também por este passo tão importante.

Agradeço aos meus pais e meus irmãos, por sempre estarem presentes na minha vida me dando carinho, amor, apoio e incentivo.

Agradeço aos meus amigos pelos momentos alegres e também pelos momentos difíceis que passamos juntos durante os quatro anos de graduação. Agradeço em especial ao amigo Ciro Peixinho Campos que no segundo semestre se tornou meu namorado.

Agradeço aos meus orientadores, professora Adriana Moreira Amado e professor Guilherme Resende de Oliveira, pela disponibilidade, pela atenção e por todos os comentários e sugestões.

Agradeço aos professores pelo aprendizado e pela dedicação ao longo do curso.

RESUMO

O objetivo do estudo encontra-se em analisar o consumo da atual classe média brasileira, apontar quais são as despesas com que essa classe gasta a maior proporção da sua renda e observar se essas despesas também são a causa do endividamento dessa classe. Essa análise é feita por meio de dados obtidos de pesquisas domiciliares e pesquisas feitas por órgãos que estudam o consumo e o endividamento. A partir da análise observa-se que habitação, alimentação e transporte são as despesas com que a classe média brasileira gasta a maior parte de sua renda, mas pesquisa realizada pelo SPC aponta que a despesa com roupas e calçados é a principal causa do endividamento da classe média brasileira. O presente estudo contribui com argumentos que contestam esse resultado, apontando que despesas com habitação, alimentação e transporte podem ser a principal causa do endividamento da atual classe média brasileira.

Palavras-chave: classe média brasileira, consumo, endividamento, despesas de consumo.

ABSTRACT

The objective of the study is to analyze the consumption of the current Brazilian middle class, pointing out which are the expenses which they spent a greater proportion of their income and observing whether these expenses are also the cause of the debt that class. This analysis is done using data from household surveys and research done by agencies that study the consumption and debt. From the analysis it is observed that housing, food and transportation are the expenses that the Brazilian middle class spends most of his income, but research conducted by the SPC indicates that expenditure on clothing and footwear is the main cause of debt Brazilian middle class. This study contributes to arguments challenging this result, pointing out that expenditure on housing, food and transportation can be a major cause of indebtedness of the current Brazilian middle class.

Keywords: Brazilian middle class, consumption, debt, consumer spending.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. O CONSUMO NA ECONOMIA BRASILEIRA.....	3
1.1 O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR.....	3
1.2 O CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS.....	11
1.2.1 Participação do consumo das famílias no Produto Interno Bruto.....	12
1.2.2 Despesas das famílias brasileiras com consumo.....	17
2. A CLASSE MÉDIA BRASILEIRA.....	29
2.1 DEFINIÇÕES DE CLASSE MÉDIA.....	29
2.2 QUEDA DA DESIGUALDADE DE RENDA BRASILEIRA.....	36
2.3 CONSUMO NA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA.....	42
2.3.1 Despesas da classe média brasileira com consumo.....	46
3. ENDIVIDAMENTO DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA.....	52
3.1 EXPANSÃO DO CRÉDITO.....	52
3.2 ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA.....	57
3.3 ENDIVIDAMENTO DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA.....	66
CONCLUSÃO.....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 2000 renasceu o interesse dos estudos brasileiros sobre a classe média, os quais foram pouco valorizados nos anos de 1980 e 1990 devido à crise econômica do país. A partir de então, entram os conceitos de renda e poder de compra como variáveis definidoras de classe média, pois nos trabalhos mais antigos, décadas de 60 e 70, a definição de classe média era centrada nas discussões sobre a ocupação e a natureza do trabalho.

Nos últimos anos a classe C, chamada de classe média vem crescendo de forma expressiva. De acordo com Neri (2010), 94,9 milhões de brasileiros pertenciam à classe média brasileira em 2009, o que representa 50,45% da população brasileira, enquanto que em 2003 esse percentual era de 37,56%. Segundo estimativa da SAE/PR (2012), em 2012 a classe média compreendia 53% da população brasileira.

Neri (2010) mostra que a expansão da classe média é resultado da ascensão de pessoas das classes D e E, ascensão esta que foi permitida principalmente pela redução da desigualdade. Desde 2001, o índice Gini, uma das medidas mais tradicionais de desigualdade de renda, vem caindo continuamente, alcançando os menores valores das últimas três décadas. Nos últimos anos, a renda dos mais pobres cresceu de forma substantiva, acarretando um declínio dos níveis de pobreza e miséria.

Seja do ponto de vista da distribuição de renda, da diminuição de pobreza, do crescimento do emprego, da formalidade no mercado de trabalho ou do aumento dos salários reais, a última década trouxe melhorias significativas para uma grande parte da população brasileira, aumentando sua renda e consequentemente seu poder de consumo.

De acordo com a SAE/PR (2012) a renda e o consumo da classe média cresceram mais que a média das famílias brasileiras. Em 2009 a classe média brasileira concentrava 46,24% do poder de compra dos brasileiros, sendo a classe dominante do ponto de vista econômico.

Diante dessa evolução da classe média brasileira surgiram os questionamentos que este trabalho busca responder. Primeiro avaliamos como é o consumo da atual classe média brasileira e com quais despesas essa classe gasta a maior parte da sua renda. Posteriormente abordamos o

endividamento da classe e quais foram as despesas que acarretaram nessa situação de endividamento. Portanto, os principais objetivos deste trabalho são observar algumas das características do consumo e do endividamento da classe média brasileira e observar se são as mesmas despesas que são responsáveis pela maior porcentagem dos gastos da classe média que causam o endividamento dessa classe.

Para tanto, o presente estudo é composto de três capítulos. O primeiro capítulo traz uma abordagem das teorias microeconômicas e macroeconômicas do consumo. Depois tratamos brevemente da Economia Comportamental, que é uma área de estudos nova e que busca explicar o comportamento dos agentes econômicos pautada em matérias como a Psicologia e a Sociologia. Na segunda parte deste capítulo analisamos a participação do consumo das famílias no PIB e a evolução do consumo da população brasileira a partir das POFs de 2008-2009 e 2002-2003 e do ENDEF de 1974-1975.

No segundo capítulo o estudo se volta para a análise da classe média brasileira. Na primeira seção são descritas algumas das diversas definições de classe média. Na segunda seção discorremos sobre a queda da desigualdade de renda brasileira a partir de 2001, um dos principais motivos da ascensão da classe média. Por fim, na terceira seção, abordamos o consumo da classe média brasileira.

O terceiro e último capítulo aborda a questão do endividamento. Primeiro é feita uma breve análise da expansão do mercado de crédito e mostramos que o crédito tem se tornado mais barato e mais acessível nos últimos anos. Depois descrevemos o endividamento da população brasileira por meio de dados fornecidos por duas pesquisas, uma da CNC (2013) e outra da CNI (2012). A última seção aborda o endividamento da classe média brasileira, por meio de dados de pesquisa realizada pelo SPC (2012) em conjunto com a UFMG E CNDL, e sugerimos algumas justificativas para que a real causa do endividamento da classe média não seja a apontada pela pesquisa.

Capítulo 1- O CONSUMO NA ECONOMIA BRASILEIRA

A primeira seção deste capítulo aborda o comportamento dos consumidores, que é considerado pela teoria econômica neoclássica um comportamento racional. É apresentada a teoria microeconômica da escolha do consumidor e as teorias macroeconômicas sobre consumo, como a teoria do ciclo de vida e a teoria da renda permanente. Ao final dessa seção é apresentada a Economia Comportamental, área de estudo que busca mostrar que nem sempre o agente econômico age de forma racional. Na segunda seção busca-se mostrar a trajetória do consumo das famílias na economia brasileira, primeiro com uma abordagem sobre a influência desse consumo no Produto Interno Bruto (PIB) e nas contas nacionais e em um segundo momento trata-se das características das despesas de consumo da população a partir de dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF).

1.1 O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

A teoria econômica neoclássica considera o agente econômico como sendo um ser racional que adota o comportamento maximizador, buscando maximizar benefícios e minimizar prejuízos. Portanto, a ideia que se passa é que o homem econômico busca o maior ganho possível e suas atitudes e decisões financeiras são voltadas para este fim.

A teoria da escolha do consumidor é baseada em diversos postulados e a forma como o consumidor escolhe a cesta ótima de consumo é representada por modelos. Considera-se que o agente econômico toma decisões racionais diante das escolhas a que é submetido e que quando ele comete erros estará aprendendo com esses e em uma próxima vez agirá com racionalidade e não os repetirá (FERREIRA, 2008).

Na prática sabe-se que as ações dos agentes não derivam apenas da busca pelo maior ganho. Os indivíduos tomam decisões econômicas, como por exemplo, a de comprar um bem, porque estão felizes, porque têm crenças e por diversos outros tipos de motivação. Portanto, a noção de um homem econômico que age sempre racionalmente, buscando seu maior ganho individual não é o que ocorre de fato, e sendo assim, o comportamento das

peessoas na realidade não é igual ao que se espera dos modelos econômicos usados para prever o comportamento dos agentes.

A Economia Comportamental é uma área de estudos nova que surge na década de 1980 com as insatisfações de alguns economistas com as explicações da teoria econômica neoclássica para o comportamento do consumidor. Esses economistas começaram a buscar em outras disciplinas, principalmente na psicologia, explicações para o comportamento dos consumidores observado na prática. Richard Thaler é um dos pioneiros no estudo da Economia Comportamental, seguido por George Loewenstein, Matt Rabin, Sendhil Mullainathan e David Laibson, um economista comportamental especializado em consumo. Em 2002 o Prêmio Nobel em Economia foi outorgado a dois estudiosos dessa área, Daniel Kahneman e Amos Tversky, já falecido na ocasião da premiação, pelos estudos sobre incerteza e risco a partir de crenças e escolhas intuitivas dentro de um contexto de racionalidade limitada (FERREIRA, 2008).

Teoria do Consumidor

Existem várias definições para economia e a mais utilizada é a de que economia é a alocação de recursos escassos. Os agentes econômicos procuram satisfazer desejos, necessidades e prazeres ilimitados, mas os recursos e a renda disponíveis são limitados. Não existem recursos naturais nem tecnologia para produzir todos os bens e serviços que são desejados. Portanto, o mecanismo de alocação de recursos escassos feito pelos agentes é a base do estudo da ciência econômica (RESENDE, 2011).

Para definir a alocação ótima de recursos a economia estuda o comportamento dos agentes econômicos. Basicamente, existem três tipos de agentes econômicos: consumidores, firmas e o governo. Os consumidores, que são os agentes econômicos em foco neste trabalho, representam seus desejos e necessidades por intermédio de suas demandas. O objetivo dos consumidores é atingir a satisfação máxima diante da renda disponível e dos preços dos bens e serviços.

Resende (2011) afirma que existem dois princípios básicos que envolvem a economia neoclássica, que é a vertente da economia que

fundamenta a microeconomia. O primeiro é o comportamento maximizador dos agentes econômicos sujeito a restrições. O segundo é o princípio de equilíbrio. A partir desses princípios temos a ideia de racionalidade dos agentes na economia. A economia reconhece que o ser humano apresenta um comportamento complexo e que as pessoas agem de forma irracional diante de várias circunstâncias. No entanto, a hipótese de um agente econômico racional simplifica os modelos.

A ideia de racionalidade em economia defende que os agentes usam as informações disponíveis para fazer previsões de resultados futuros, sem cometerem erros, e obterem o resultado ótimo em suas decisões. Caso os agentes cometam erros em suas previsões, agirão de forma lógica e racional, aprendendo com eles, e não os repetirão (FERREIRA, 2008).

Na microeconomia o problema do consumidor é definido como a maximização de seu bem-estar ou utilidade, dadas as restrições que a escassez impõe sobre suas escolhas. O bem-estar que o consumidor busca maximizar é definido pelas suas preferências. A ideia de preferência se baseia no comportamento do consumidor, que sempre que puder escolher, irá optar pela cesta de bens que ele acha melhor e que lhe traz maior satisfação (VARIAN, 2006).

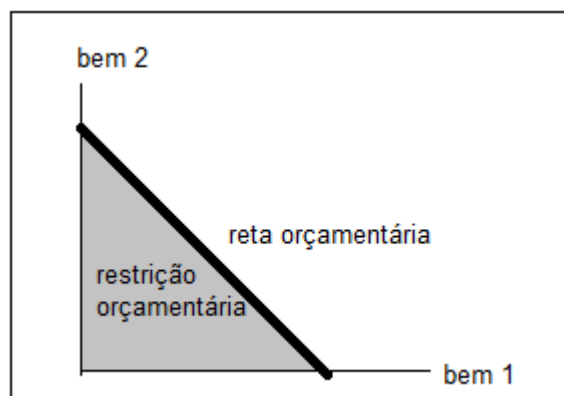


Gráfico 1.1 - Restrição orçamentária e reta orçamentária.
Fonte: Varian (2006) e Resende (2011).
Elaboração: Própria.

A escassez no problema do consumidor é representada pela restrição orçamentária. A restrição orçamentária representa o quanto de dinheiro que o consumidor tem disponível para gastar em um determinado período e o que ele consumir de bens e serviços não pode exceder esse valor. A reta orçamentária

é a reta onde o consumidor esgota sua renda, ou seja, toda renda recebida no período é gasta na compra de bens e serviços. A restrição orçamentária e a reta orçamentária são apresentadas no gráfico 1.1.

Teorias sobre o consumo

Desde que a macroeconomia teve início como uma área de estudos, muitos economistas se dedicaram a escrever sobre o comportamento do consumidor, e sugeriram modos alternativos de interpretar dados relacionados a consumo e renda. Um dos primeiros economistas a escrever sobre a função do consumo foi John Maynard Keynes, na década de 1930, apresentando importantes conjecturas sobre a função do consumo, fundamentadas na introspecção e na observação casual.

A primeira conjectura é sobre a propensão marginal a consumir, ou seja, a quantidade consumida com uma unidade de moeda corrente adicional na renda do consumidor. Para Keynes essa propensão se situa entre zero e um, o que significa que quando uma pessoa ganha uma unidade de moeda corrente adicional, ela geralmente gasta uma parte e poupa outra. Sua segunda conjectura trata da propensão média a consumir, proporção entre consumo e renda, a qual diminui à medida que a renda aumenta. A terceira e última conjuntura de Keynes diz que a renda atual é o determinante principal para o consumo.

Ao serem confrontadas com dados, as conjecturas de Keynes foram confirmadas por estudos realizados com dados de domicílios e séries históricas de curto prazo. No entanto, estudos com dados de séries históricas de longo prazo não apresentaram qualquer tendência à propensão média a consumir cair à medida que a renda aumenta, mas sim de se manter estável ao longo de extensos períodos de tempo (MANKIW, 2010).

Na década de 1950, Franco Modigliani e Milton Friedman propuseram, em estudos individuais, explicações para as contradições da função de consumo keynesiana. Os dois se basearam na teoria do comportamento do consumidor proposta por Irving Fisher. Fisher desenvolveu um modelo no qual o consumidor racional se preocupa com o futuro e precisa fazer escolhas intertemporais, ou seja, escolhas que envolvem diferentes períodos de tempo.

Isso implica que quando o consumidor consome mais hoje, ele estará poupando menos, e menor será o consumo que ele poderá desfrutar no futuro, já que o que é poupado hoje será consumido amanhã. Portanto, ao se deparar com essa situação, de consumir menos hoje para poder consumir mais amanhã, os consumidores devem olhar para a renda que esperam ter ao longo de toda a vida, e não apenas para a renda atual, como propôs Keynes (MANKIW, 2010).

O modelo de Fisher evidencia as restrições com as quais se deparam os consumidores, as suas preferências, e o modo como essas restrições e preferências, conjuntamente, determinam suas escolhas em relação a consumo e poupança. Ao decidir sobre o quanto consumir hoje em oposição a quanto poupar para o futuro, os consumidores enfrentam uma restrição orçamentária intertemporal, que mede os recursos totais disponíveis para o consumo hoje e no futuro. O modelo de Fisher considera a taxa de juros, já que quando se poupa parte da renda de um período para o outro são auferidos juros sobre a renda poupada como recompensa pela espera.

Franco Modigliani enfatizou que a renda varia de maneira um tanto previsível e em um padrão regular durante a vida de uma pessoa e que os consumidores utilizam a poupança e a obtenção de empréstimos para manter o consumo estável ao longo da vida. Essa interpretação do comportamento do consumidor é a base da sua Hipótese do Ciclo de Vida. Segundo essa hipótese o consumo depende tanto da renda quanto da riqueza do consumidor e a poupança varia durante a vida de uma pessoa. As pessoas desejam estabilizar o consumo ao longo de suas vidas e, portanto, os jovens irão poupar durante a vida economicamente ativa e quando se aposentarem gastarão essa poupança (SACHS E LARRAIN, 2000).

Milton Friedman propôs a Hipótese da Renda Permanente para explicar o comportamento do consumidor. Essa hipótese complementa a Hipótese do Ciclo de Vida e também se baseia na teoria de Fisher para argumentar que o consumo não depende apenas da renda atual. Diferentemente da hipótese de Modigliani, a Hipótese da Renda Permanente enfatiza que as pessoas passam por variações aleatórias e temporárias em suas rendas de ano para ano (MANKIW, 2010).

Neste modelo, a renda atual é a soma de duas parcelas; a renda permanente, que corresponde à parcela da renda que as pessoas esperam continuar recebendo no futuro e a renda transitória que corresponde a uma parcela extraordinária da renda atual e que as pessoas não esperam que persista para o futuro. Desse modo as pessoas experimentam oscilações permanentes e oscilações transitórias em suas rendas. No entanto, o consumo deve depender principalmente da renda permanente, uma vez que os consumidores utilizam a poupança e empréstimos para manter estável o seu padrão de consumo, em resposta a variações transitórias na renda. Portanto, os consumidores gastam as suas rendas permanentes, mas poupam a maior parte de sua renda transitória, sendo o consumo proporcional à renda permanente.

Pesquisas recentes sobre consumo têm combinado a Hipótese de Renda Permanente com o pressuposto de que os consumidores têm expectativas racionais. O economista Robert Hall foi o primeiro a projetar as implicações das expectativas racionais para o consumo (MANKIW, 2010). Segundo ele, tomando a Hipótese da Renda Permanente como correta e se os consumidores tiverem expectativas racionais, as variações no consumo, ao longo do tempo, serão imprevisíveis e seguirão um caminho aleatório.

O argumento de Hall é que segundo a Hipótese da Renda Permanente os consumidores se deparam com uma renda oscilante e tentam da melhor maneira possível, manter seu patamar de consumo constante ao longo do tempo. Se os consumidores agem de acordo com expectativas racionais, eles utilizam de todas as informações disponíveis da melhor maneira possível e só devem ser surpreendidos com eventos que sejam inteiramente imprevisíveis. Portanto, as variações em seus patamares de consumo também serão imprevisíveis.

Economia Comportamental

Keynes sustentava a ideia de que a função consumo era uma “lei psicológica fundamental”. No entanto, as hipóteses posteriores sobre o comportamento do consumidor não atribuíram importância significativa à psicologia. A maioria dos estudos pressupõe que os consumidores são

maximizadores racionais da utilidade, que estão avaliando suas oportunidades a todo o momento no intuito de obter o mais alto nível de satisfação durante suas vidas (MANKIW, 2010).

Estudos recentes começaram a retornar à psicologia. Estes estudos sugerem que os consumidores não são o *homo economicus* racional suposto pela teoria econômica neoclássica, mas sim seres humanos reais, cujo comportamento pode estar bem distante do racional. Esse novo campo de estudo, que introduz a psicologia na economia, é chamado de Economia Comportamental.

A Economia Comportamental tem origem na insatisfação de economistas com as explicações oferecidas por sua própria disciplina para os comportamentos econômicos observados na prática. Esses economistas buscaram, então, contribuições em diversas outras disciplinas – Psicologia, Sociologia, Antropologia, História, Biologia (FERREIRA, 2008, p.66).

Após a década de 40, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, a ciência econômica começou a deixar os aspectos da psicologia e a irracionalidade, usados até então por economistas como Adam Smith, Irving Fisher e John Maynard Keynes e se voltou para a racionalidade econômica sendo ditada por fatores mais previsíveis. O mercado torna-se mais concorrente em um contexto de globalização e de uma maior abertura comercial (MACIEL e LUCENA, 2012).

Por muitos anos o mercado foi considerado racional, já que era composto de agentes ditos racionais. No entanto, após as crises da economia mundial, onde pode se observar o comportamento irracional de investidores e instituições financeiras, uma nova área de estudo começou a se desenvolver. É a chamada Economia Comportamental (MACIEL e LUCENA, 2012).

A Economia Comportamental busca representar como os consumidores agem na prática, como é o comportamento dos agentes na realidade, e não baseado nos modelos da teoria econômica neoclássica. É uma área de estudo recente, que incorpora aspectos sociais, cognitivos e emocionais para entender

as decisões econômicas de consumidores e agentes financeiros, integrando a psicologia e a economia.

Os modelos econômicos sobre escolha dos consumidores consideram os agentes econômicos como racionais. De fato, essa consideração torna os modelos e os cálculos mais simples. No entanto, a Economia Comportamental acredita que com essa hipótese os modelos da teoria econômica neoclássica se tornaram incompletos para representar o comportamento real dos agentes econômicos.

Como não é possível satisfazer todas as necessidades, somos forçados a escolher entre alternativas, o que pode implicar a dor de renunciar às vantagens das outras opções. Os modelos de tomada de decisões formais e complexos que a Economia utiliza para explicar e prever o comportamento econômico, tomando como ponto de partida um pequeno número de axiomas sobre a lógica do comportamento humano, não costumam levar a Psicologia em consideração, restringindo-se a examinar decisões sobre a alocação de recursos finitos com base na premissa da racionalidade e maximização de utilidade (FERREIRA, 2008, p.43).

As pessoas, quando devem tomar uma decisão financeira, não têm seu comportamento influenciado apenas pela ideia de que devem atingir o maior ganho individual possível. Fatores emocionais, culturais, sociais, entre outros também influenciam na decisão. É por isso que muitas pessoas compram por impulso, se endividam ou tomam uma decisão de investimento errônea. Segundo Varian (2006) esses erros ocorrem porque as pessoas olham apaixonadamente para a situação. É por isso que quando buscamos investir em ações, por exemplo, e não queremos perder dinheiro, consultamos um corretor, que tem uma visão mais desapassionada da situação e, portanto tem menor chance de agir irracionalmente e acabar errando.

Para Maciel e Lucena (2012), o consumidor é antes de tudo um ser humano e sendo assim existe a necessidade de se considerar os fatores psicológicos que influenciam na hora da tomada da decisão de compra de bens e serviços, se fazendo assim uma abordagem comportamental vinculada às

finanças. O viés psicológico tem um papel fundamental nas decisões financeiras dos seres humanos, tanto para decisões de compra e aquisições de bens e serviços cotidianos como para compras e aquisições maiores.

Portanto, a Economia Comportamental surge com o propósito de flexibilizar os postulados da teoria econômica neoclássica e inserir fatores psicológicos, sociais, culturais, etc. para explicar o comportamento econômico dos agentes de forma que seja semelhante ao comportamento que se espera na realidade de um consumidor ou agente financeiro.

Um dos mais proeminentes economistas comportamentais especializado no estudo sobre consumo é David Laibson, professor de Harvard. Laibson observa que muitos consumidores se consideram tomadores de decisão imperfeitos. As pessoas têm um forte desejo de gratificação imediata, por exemplo, consumir agora e não esperar pelo amanhã onde este consumo poderia ser mais vantajoso. Desse modo, os consumidores podem apresentar comportamento inconsistente no tempo e acabar poupando menos que gostariam (MANKIW, 2010).

1.2 CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

O Produto Interno Bruto (PIB) de uma economia pode ser calculado por três óticas distintas, sendo uma delas a ótica do dispêndio. Por este método o PIB será a soma de todas as despesas em que a produção é gasta. Nesta ótica o componente com maior peso no PIB é o consumo final, o qual se divide em consumo da administração pública, consumo das famílias e consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias, sendo o consumo das famílias o componente com maior participação no PIB.

A partir de 1994, após o Plano Real, a inflação começou a se estabilizar na economia brasileira, a qual havia sofrido com o pesadelo da inflação nos anos anteriores. Essa melhora no cenário econômico possibilitou reduções nas taxas de juros, reduções e isenções em impostos, aumento do crédito, dentre outros fatores que contribuem para a expansão do consumo. A estabilização da inflação, a aceleração do crescimento econômico, a melhora na distribuição de renda e a ampliação do crédito são alguns dos fatores responsáveis pelo surgimento de um novo mercado consumidor de massa que é composto por

peças de classes de renda inferiores que vêm observando um aumento do seu poder de consumo nos últimos anos.

As melhoras no cenário econômico do país permitiram que pessoas das classes D e E ascendessem para a classe C. Ventura (2010) afirma que de acordo com pesquisa realizada pelo instituto Ipsos, de 2005 a 2007 um contingente de 23,5 milhões de pessoas passou a fazer parte da classe C e que segundo o IBGE, o potencial de consumo da classe C somou R\$ 365 bilhões em 2007, um quarto da capacidade total de compra de todas as famílias que moram nas cidades. Segundo Neri (2010), a nova classe média é a classe dominante do ponto de vista econômico. Em 2008 essa classe dominava 45,66% do poder de compra dos brasileiros, passando para 46,24% em 2009 superando as classes A e B, as quais detinham 44,12% do poder de compra em 2009. As classes D e E foram perdendo poder de compra à medida que pessoas dessas classes ascenderam para a classe C.

A melhora na distribuição de renda e o aumento do poder de compra que permitiram a entrada desses novos consumidores no mercado, com padrões de consumo diferenciados, merecem especial atenção, mas antes de se aprofundar nestes assuntos é necessário entender o papel do consumo das famílias na economia brasileira e analisar se o consumo das famílias brasileiras de modo geral está seguindo a mesma tendência que o consumo das famílias das classes inferiores.

1.2.1 Participação do consumo das famílias no Produto Interno Bruto

O PIB é uma medida estatística da produção global de bens e serviços finais obtida em território nacional em um determinado período de tempo. O PIB pode ser obtido por três óticas distintas, e dessa forma seu cálculo pode ser feito de três maneiras, todas gerando o mesmo resultado. Portanto, o PIB é a soma de todas as compras finais da economia, a soma do valor adicionado de todas as empresas da economia, ou ainda, é a soma de todas as rendas dos fatores de produção da economia (SACHS E LARRAIN, 2000).

Uma das três formas de calcular o PIB é pelo método do dispêndio. Neste cálculo o PIB é medido como a soma de todas as demandas finais dos produtos e serviços na economia, ou seja, é a soma das aplicações em que a

produção total é gasta. As contas nacionais dividem o PIB em quatro categorias abrangentes para as despesas. Os produtos e serviços podem ser usados para consumo das famílias (C), consumo do governo (G), investimento (I) ou venda líquida para o exterior (X - M), onde X representa as exportações realizadas pelo país e M as importações. O investimento, também chamado de formação bruta de capital, é composto pela formação bruta de capital fixo e pela variação de estoques da economia. O consumo das famílias somado ao consumo do governo e ao consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias resulta no consumo final. Assim, o PIB (Y) é obtido através da seguinte equação:

$$Y = C + I + G + (X - M) \quad (1)$$

Em 2009, o componente do PIB pela ótica do dispêndio que obteve maior crescimento foi o consumo final, apresentando um crescimento de 4,1% em volume, conforme a tabela 1.1. O consumo final representou 82,3% do PIB, enquanto que em 2008 essa participação foi de 79,1%. Devido ao seu peso no consumo final, o principal responsável por esse aumento foi o consumo das famílias que cresceu 4,4% em volume. As despesas da administração pública com consumo cresceram 3,1% e o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias cresceu 5,7% (IBGE, 2011).

Para o IBGE (2011) o aumento do consumo das famílias é coerente com o aumento de 3,3% na massa salarial real, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e com o aumento de 19,7%, em termos nominais, nas operações de crédito do sistema financeiro para pessoa física, segundo dados do Banco Central do Brasil.

A formação bruta de capital fixo totalizou R\$ 585,3 bilhões em 2009, representando um aumento nominal de 1,0% em relação a 2008, quando este componente do PIB correspondeu a R\$ 579,5 bilhões. Em termos de volume, se observou um declínio de 6,7% em 2009, o único ano com variação negativa de volume entre 2005 e 2009. A participação da formação bruta de capital fixo no PIB foi de 17,9% em 2009 contra 18,8% em 2008. Essa queda alterou uma sequência de anos consecutivos em que a participação vinha crescendo: 2005 (16,2%), 2006 (16,8%) e 2007 (17,6%). Apesar de a participação da formação

bruta de capital fixo ter registrado queda em 2009, é segunda maior desde o ano 2000. A variação de estoques da economia brasileira registrou uma queda de R\$ 55 bilhões, passando de uma acumulação de R\$ 48 bilhões em 2008 para uma variação negativa de R\$ 7,5 bilhões em 2009 (IBGE, 2011).

Tabela 1.1- Variação real anual dos componentes do Produto Interno Bruto pela ótica da despesa: 2008 – 2009.

Componentes do Produto Interno Bruto pela ótica da despesa	Variação real anual (%)	
	2008	2009
Total	5,2	(-) 0,3
Despesa de consumo final	5,0	4,1
Despesa de consumo das famílias	5,7	4,4
Despesa de consumo da administração pública	3,2	3,1
Despesa de consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias	4,0	5,7
Formação bruta de capital fixo	13,6	(-) 6,7
Exportação de bens e serviços	0,5	(-) 9,1
Importação de bens e serviços (-)	15,4	(-) 7,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Exportações e importações desaceleraram seu ritmo de crescimento em 2009. Em termos de volume as exportações apresentaram declínio de 9,1% e as importações de 7,6%. Nas exportações destaca-se a queda em volume de bens de capital (-41,5%) e de bens de consumo duráveis (-32,0%). Já nas importações destaca-se a queda no volume de bens e serviços intermediários (-11,9%) e de bens de capital (-8,7%). Contrabalanceando essas quedas as importações de bens e serviços de consumo não duráveis expandiram em 22,3% (IBGE, 2011).

O consumo das famílias, que consiste nos bens e serviços comprados pelos domicílios, é a categoria com maior participação no PIB. No gráfico 1.2 observa-se a evolução dessa participação. Entre 1990 e 2012, os anos em que o consumo das famílias obteve as menores participações percentuais no PIB foram 1990 com 58,3% e 2008 com 58,9%. Os anos que registraram as maiores participações foram 1997 com 64,9% e 1996 e 1999 com 64,7%.

Durante a década de 1990 a taxa de crescimento do PIB apresentou variações significativas. Nos anos anteriores a 1994, a variação do PIB brasileiro foi negativa, devido ao cenário de alta inflação e instabilidade econômica.

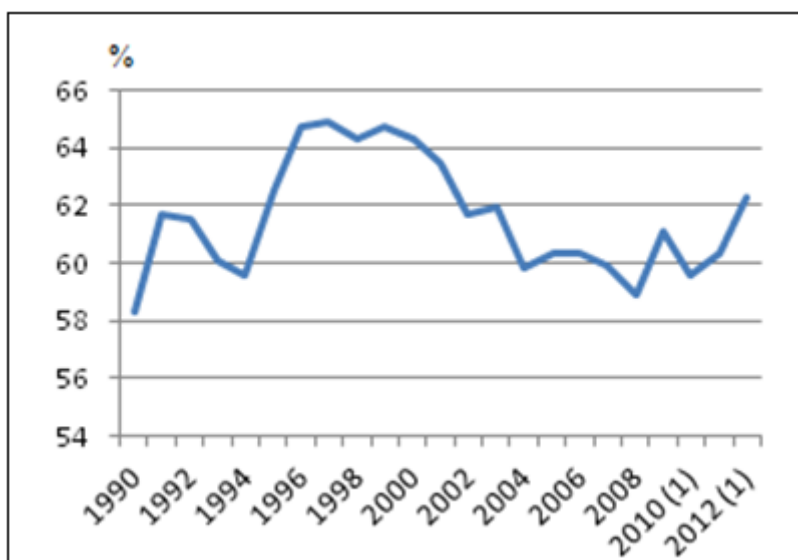


Gráfico 1.2 – Despesa de consumo das famílias em relação ao produto interno bruto.

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais.

Elaboração: Própria.

(1) Para os anos de 2010, 2011 e 2012 os resultados preliminares foram obtidos a partir das Contas Nacionais Trimestrais. Para os outros anos foi utilizado o Sistema de Contas Nacionais Anual.

Em 1994, com a adoção do Plano Real, a economia brasileira começou a se estabilizar, reduzindo os elevados níveis de inflação dos anos anteriores. Apesar da melhora no setor interno, a economia brasileira ficou mais frágil no setor externo, devido ao aumento da taxa de juros e ao câmbio que estava valorizado, fato que limitou o crescimento econômico. De 1993 para 1994 a taxa de crescimento do PIB brasileiro passou de 4,9% para 5,9% (RIBEIRO *et. al.*, 2010). Esse aumento se deve principalmente à redução dos níveis inflacionários e aos saldos positivos da produção e do consumo.

De 1994 para 1995 a taxa de crescimento do PIB caiu de 5,9% para 4,2%, refletindo o cenário internacional, que estava enfrentando a crise mexicana a qual impactou no fluxo de capitais dos países emergentes, incluindo o Brasil. A queda da taxa de inflação a partir da adoção do Plano Real teve efeitos expressivos sobre o poder de compra da população, assim como o aumento salarial aliado ao aumento do nível de emprego. Esses fatores estimularam o consumo, e de 1994 para 1995 as vendas de automóveis, eletrodomésticos da linha branca e outros bens duráveis cresceram mais de 50% (RIBEIRO *et. al.*, 2010). Devido a esse aumento no consumo, o país passou a adotar algumas medidas restritivas, como por exemplo, aumento dos empréstimos compulsórios, restrição de crédito, juros altos e desvalorização

cambial. Essas medidas foram adotadas para se evitar um aumento na inflação causado pelo excesso de demanda e para amenizar os déficits na balança comercial, e acabaram prejudicando o crescimento econômico do período (GIAMBIAGI *et. al.*, 2005).

A economia brasileira foi prejudicada por uma combinação de eventos no ano de 2001, como por exemplo, a crise energética, a crise da Argentina e os atentados terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos. Nesse contexto, o risco país aumentou refletindo uma menor disponibilidade de capitais para o país e afetando os juros domésticos. Isso comprometeu o crescimento econômico, resultando em uma taxa de crescimento real de 1,42%. A despesa de consumo das famílias cresceu 8,4% em termos nominais e 0,70% em termos reais, em relação ao ano anterior. O reduzido crescimento do consumo das famílias é resultado combinado da política monetária restritiva, que elevou suas despesas financeiras, e do comportamento da renda do trabalho e do nível de emprego (GIAMBIAGI *et. al.*, 2005).

Em 2005, o país apresentou crescimento de 3,2%, desempenho menor que o verificado em 2004, que foi de 5,7%, devido à desaceleração dos investimentos, da indústria de transformação e da agropecuária. Este resultado foi puxado pelo consumo das famílias, influenciado principalmente pelo aumento do crédito e dos salários reais (RIBEIRO *et. al.*, 2010).

No final do ano de 2008 e durante o ano de 2009 a economia brasileira sofreu os impactos da crise econômica mundial. Nos três primeiros trimestres de 2008 a atividade econômica brasileira crescia a uma taxa de 6,6% comparada à do mesmo período do ano anterior. No último trimestre essa taxa caiu para 0,8%. Nos três primeiros trimestres de 2009 o PIB brasileiro continuou a cair, apresentando uma queda de 1,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. O consumo das famílias foi uma das variáveis responsáveis por impedir que o efeito da crise fosse maior na economia brasileira. Nos três primeiros trimestres de 2009, esse apresentou uma variação positiva de 2,8% em relação ao mesmo período de 2008. (CONTRI, 2010).

No segundo semestre, a economia se recuperou, em função do bom desempenho do mercado interno aquecido pelas sucessivas reduções nas taxas de juros, as isenções fiscais nos setores de automóveis, da construção

civil e da linha branca que estimularam o consumo nesses setores que apresentam um elevado efeito multiplicador sobre a renda e o emprego. Essas medidas e os programas de políticas sociais, como por exemplo, a ampliação do Programa Bolsa Família e a extensão do seguro desemprego, mantiveram o consumo em patamares sustentáveis para um cenário de crise mundial, e desse modo sustentaram o mercado interno brasileiro. (CONTRI, 2010).

1.2.2 Despesas das famílias brasileiras com consumo

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) visa principalmente mensurar as estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias (IBGE, 2010). Portanto, a partir da POF é possível conhecer quanto da renda familiar é despendido para o consumo e como se compõem e se distribuem as despesas das famílias de acordo com os diversos itens disponíveis para o consumo.

A POF 2008-2009 é a quinta pesquisa realizada pelo IBGE sobre orçamentos familiares. As pesquisas anteriores foram o Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF) realizado em 1974-1975, com abrangência territorial nacional, com exceção das áreas rurais das Regiões Norte e Centro-Oeste e as POFs realizadas nos anos, 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003.

No ENDEF e nas POFs, para efeito de divulgação de resultados, o termo “família” tem sido utilizado para representar o conceito unidade de consumo. A POF é uma pesquisa realizada por amostragem, na qual são investigados os domicílios particulares permanentes. No domicílio, por sua vez, é identificada a unidade básica da pesquisa, a unidade de consumo, que compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação ou compartilham as despesas com moradia. O conceito de “família” para o IBGE refere-se às pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sem referência explícita ao consumo ou despesas. Entretanto, na maior parte das situações, a unidade de consumo da POF coincide com a “família”, segundo o conceito adotado pelo IBGE (IBGE, 2010).

Entre os principais objetivos da POF 2008-2009 está a pesquisa de todas as despesas, as quais são classificadas como monetárias e não

monetárias. As despesas monetárias são definidas como aquelas efetuadas através de pagamento, realizado à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou por meio do cartão de crédito. Já as despesas não monetárias são definidas como aquelas efetuadas sem pagamento monetário, ou seja, são obtidas através de doação, retirada do negócio, troca, produção própria, pescado, caçado, e outras formas de obtenção sem pagamento monetário.

O conceito de despesa total inclui todas as despesas monetárias e também as despesas não monetárias realizadas pela unidade de consumo. Compõem a despesa total todas as despesas monetárias e não monetárias correntes, que incluem despesas de consumo e outras despesas correntes, além do aumento do ativo e da diminuição do passivo.

As despesas de consumo correspondem às despesas realizadas pelas unidades de consumo com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente às necessidades e desejos pessoais de seus componentes no período da pesquisa. Estão organizadas segundo os seguintes grupamentos: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e outras despesas diversas não classificadas anteriormente.

As outras despesas correntes correspondem a despesas com impostos pagos, contribuições trabalhistas, serviços bancários, pensões, mesadas, doações e previdência privada.

O aumento do ativo é visto como o aumento do patrimônio familiar. Corresponde a despesas com aquisição de imóveis, construção e melhoramento de imóveis próprios e outros investimentos como, por exemplo, títulos de capitalização, títulos de clube, aquisição de terrenos para jazigo e outras aquisições similares.

Na diminuição do passivo, estão incluídas as despesas com pagamentos de débitos, juros e seguros com empréstimos pessoais, inclusive dívidas judiciais e carnês de mercadorias, e prestação de financiamento de imóvel.

A POF 2008-2009 apresentou o valor de R\$ 2.626,31 para a estimativa da despesa total média mensal familiar no Brasil. A Região Sudeste foi aquela que apresentou o maior valor para a despesa total média mensal familiar, R\$ 3.135,80; 19,4% maior que a estimativa encontrada para o Brasil. Já a região

com menor valor foi a Região Nordeste, ficando 35,3% abaixo do valor obtido para o Brasil, sendo a sua despesa total média mensal familiar estimada em R\$ 1.700,26, conforme os dados da tabela 1.2.

Pela tabela 1.2 observa-se que quando comparados os valores da despesa total média mensal familiar para as situações urbana e rural apresentam resultados bastante distintos. A situação urbana foi 8,6% maior que o resultado obtido para a despesa total média nacional. Já para a situação rural o valor obtido foi 46,8% inferior ao obtido para o Brasil.

Tabela 1.2 - Despesa monetária e não monetária média mensal familiar, por Grandes Regiões e a situação do domicílio, segundo os tipos de despesa – período 2008-2009.

Tipos de despesa	Despesas monetária e não monetária média mensal familiar							
	Brasil			Grandes Regiões				
	Total	Situação do domicílio		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
		Urbana	Rural					
Valor (R\$)								
Total	2 626,31	2 853,13	1 397,29	2 006,80	1 700,26	3 135,80	3 030,44	2 591,14
Distribuição (%)								
Despesa total								
Monetária	84,8	85,3	79,2	83,6	84,7	84,7	85,0	86,1
Não monetária	15,2	14,7	20,8	16,4	15,3	15,3	15,0	13,9
Despesas correntes	92,1	92,1	92,7	92,2	92,8	92,7	89,9	92,0
De consumo	81,3	80,7	87,3	83,9	83,9	80,7	80,7	79,3
Outras	10,9	11,3	5,4	8,3	8,9	12,0	9,2	12,7
Aumento do ativo	5,8	5,8	5,4	5,4	5,0	5,2	8,3	6,0
Diminuição do passivo	2,1	2,1	1,9	2,4	2,2	2,1	1,8	2,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Na tabela 1.2 também é apresentada a distribuição percentual da despesa total dentre os grandes grupos que a compõem, ou seja, despesas correntes, aumento do ativo e diminuição do passivo. Essa distribuição é feita a nível nacional e para as áreas urbana e rural do país.

Para o Brasil, a despesa total média mensal foi estimada em R\$ 2.626,31 sendo que 92,1% desse valor correspondem às despesas correntes, 81,3% referentes à parcela de despesas de consumo e 10,9% referentes às outras despesas correntes. O aumento do ativo representa 5,8% da despesa total, enquanto a diminuição do passivo tem participação de 2,1%.

As despesas correntes apresentaram valores similares para os três estratos (Brasil, área urbana e área rural). No entanto, as despesas que a compõem, ou seja, as despesas de consumo e outras despesas correntes já apresentaram diferenças significativas entre os três estratos. As despesas de consumo apresentaram seu maior valor na área rural, sendo responsável por 87,3% da despesa total, enquanto que na área urbana essas representam 80,7%. O grupo representado por outras despesas correntes foi 5,9 pontos percentuais menor na área rural que na área urbana. Essas diferenças são explicadas principalmente por despesas com impostos, contribuições trabalhistas e serviços bancários (IBGE, 2010).

Ainda pela tabela 1.2 é possível analisar a composição da despesa total para as cinco Grandes Regiões do país. As despesas correntes apresentam poucas variações em relação à média nacional de 92,1%, sendo a Região Sul a que mais se distancia desse valor com uma variação de menos 2,2%. No entanto, quando se analisa as despesas que compõem as despesas correntes, observam-se dois valores ao redor dos quais as despesas de consumo das Grandes Regiões se concentram. As Regiões Norte e Nordeste apresentam participações dessa despesa na ordem de 84,0% enquanto as Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste na ordem de 80,0%. O mesmo ocorre para as outras despesas correntes, onde as Regiões Centro-Oeste e Sudeste se concentram ao redor do patamar mais elevado, na ordem de 12,0%, enquanto as outras três Regiões se concentram ao redor do patamar de 9,0%.

O gráfico 1.3 apresenta uma comparação entre os resultados do Brasil obtidos no ENDEF 1974-1975, na POF 2002-2003 e na última POF, a de 2008-2009, sendo as três pesquisas de abrangência nacional. Na comparação dos resultados, a POF 2002-2003 apresenta resultados mais próximos aos da POF 2008-2009 do que o ENDEF 1974-1975. Isso se deve ao intervalo de tempo entre as pesquisas, que é maior para o ENDEF, às mudanças no modo de vida das famílias brasileiras e também a oferta crescente de serviços e produtos que ocorreu de 1974 até 2009 (IBGE, 2010).

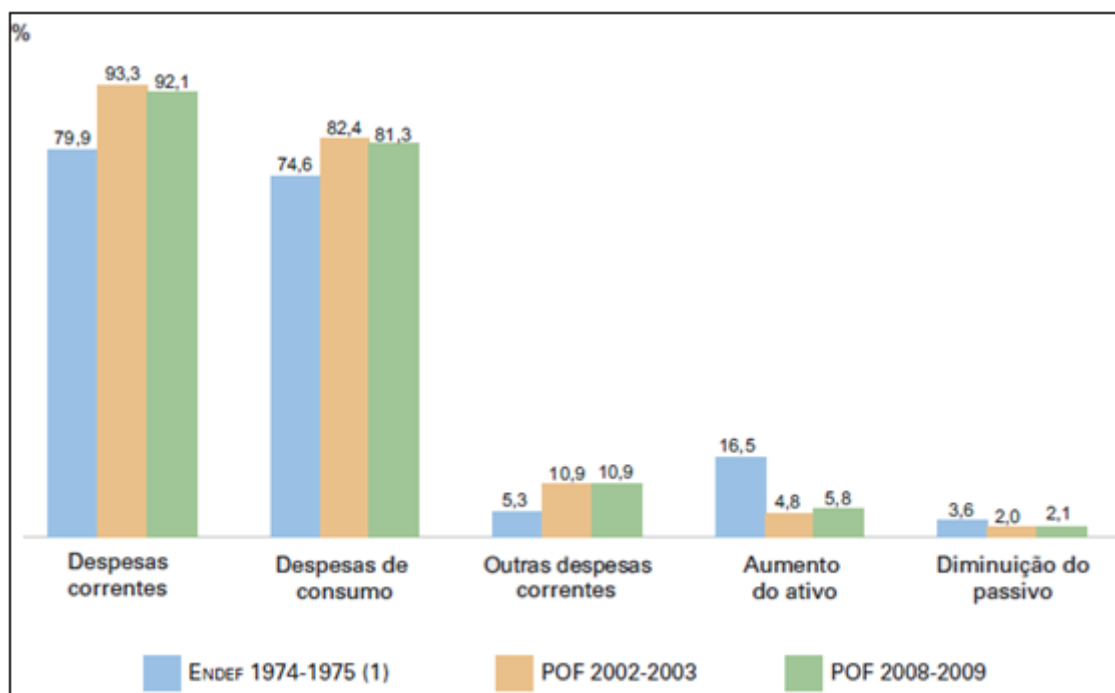


Gráfico 1.3 - Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar, no Estudo Nacional da Pesquisa Familiar - ENDEF e na Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, segundo os tipos de despesas - Brasil - período 1974/2009.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009.

(1) Exclusive a área rural das Regiões Norte e Centro-Oeste.

No grupo das despesas correntes quando se compara o ENDEF 1974-1975 com a POF 2008-2009 observa-se um aumento de 12,2 pontos percentuais. Já quando se compara a POF 2008-2009 com a POF 2002-2003 o movimento é contrário, sendo observada uma queda de 1,2 pontos percentuais, passando de 93,3% na POF 2002-2003 para 92,1% na POF 2008-2009.

O mesmo movimento das despesas correntes é observado para as despesas de consumo. Na POF de 2008-2009 essa despesa representava 81,3% da despesa total, apresentando um aumento de 6,7 pontos percentuais quando comparada ao ENDEF 1974-1975 (74,6%). No entanto, quando comparada com a POF 2002-2003 (82,4%), as despesas de consumo da POF 2008-2009 apresentam uma queda de 1,1 ponto percentual.

Quando se compara os resultados das três pesquisas em relação às áreas urbanas e rurais observamos que as despesas de consumo na POF 2008-2009 para a área urbana era de 80,7% apresentando uma queda de 1,1 ponto percentual quando comparada a POF 2002-2003 (81,8%) e um aumento

de 4,5 pontos percentuais quando comparada ao ENDEF 1974-1975 (76,2%). Para a área rural a POF 2008-2009 (87,3%) apresentou queda de 2,5 pontos percentuais nas despesas de consumo quando comparada com a POF 2002-2003 (89,8%) e aumento de 2,2 pontos percentuais quando comparada ao ENDEF 1974-1975 (85,1%). Observa-se também, nas POF 2008-2009 e POF 2002-2003, que as participações do grupo despesas de consumo apresentaram diferenças de 6,6 pontos percentuais e 8,0 pontos percentuais, respectivamente, entre as áreas urbana e rural (IBGE, 2010).

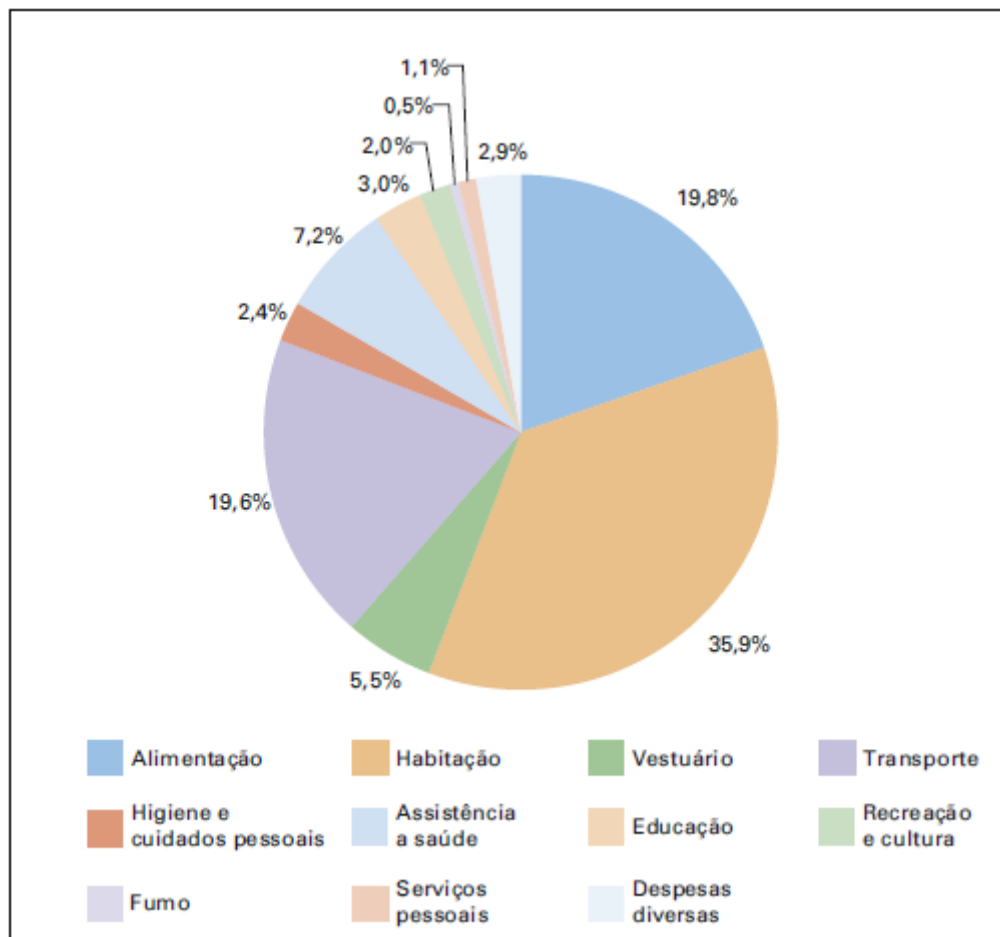
Ao se aprofundar na análise das despesas de consumo, observa-se que elas correspondem ao item mais importante da despesa familiar. Conforme o gráfico 1.3, as despesas de consumo na POF 2008-2009 corresponderam a 81,3% da despesa total das famílias brasileiras. Essa porcentagem é equivalente ao valor médio mensal de R\$ 2.134,77 considerando que a despesa total média mensal equivale a R\$ 2.626,31. O valor médio das despesas de consumo mensais das famílias residentes na área rural é de R\$ 1.220,14 correspondendo a 57,2% do valor nacional, enquanto que as famílias residentes na área urbana despendem o valor médio mensal de R\$ 2.303,56 em despesas de consumo, estando acima da média nacional (IBGE, 2010).

No gráfico 1.4 é apresentada a distribuição da despesa familiar com consumo, para o Brasil, dentre os grupos que compõem as despesas de consumo. Na tabela 1.3 pode-se ver como essa distribuição ocorre nas grandes regiões do país e nas áreas urbana e rural. Observa-se que as despesas com alimentação, habitação e transporte equivalem a 75,3% da despesa de consumo média mensal das famílias brasileiras, representando 61,3% da despesa total média familiar.

A participação das despesas com consumo segundo seus grupamentos dentro dos gastos familiares difere bastante entre as áreas urbana e rural. Nos três grupamentos que representam mais de 75% das despesas com consumo observa-se que enquanto na área rural a alimentação representa 27,6% dos gastos totais com consumo, na área urbana representa 19,0%. As despesas com habitação representam 36,4% das despesas com consumo na área urbana, enquanto que na área rural representam 30,6%. Dentre os três grupamentos mais significativos, o transporte é o que mais se assemelha entre

as duas áreas, sendo equivalente a 19,5% na área urbana e 20,6% na área rural.

Gráfico 1.4 - Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, por tipos de despesa - Brasil - período 2008-2009.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

As despesas com habitação são responsáveis pela maior percentagem das despesas de consumo tanto em nível nacional como em nível regional. Para esse grupo, as maiores participações nos gastos com consumo são registradas nas regiões Centro-Oeste e Sudeste e a menor participação é vista na região Nordeste. Já para as despesas com alimentação, as maiores participações são registradas nas regiões Norte e Nordeste, enquanto a menor participação ocorreu na região Centro-Oeste. Por fim as maiores participações registradas para as despesas com transporte foram para as regiões Sul e Centro-Oeste e a menor participação é observada na região Norte.

Tabela 1.3 - Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média por tipos de despesa, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões - período 2008-2009.

Situação do domicílio e Grandes Regiões	Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média mensal familiar (%)											
	Total	Tipos de despesa										
		Alimen- tação	Habi- tação	Vestu- ário	Trans- porte	Higiene e cuida- dos pes- soais	Assis- tência a saúde	Educa- ção	Recre- ação e cultura	Fumo	Ser- viços pes- soais	Des- pesas diver- sas
Brasil	100,0	19,8	35,9	5,5	19,6	2,4	7,2	3,0	2,0	0,5	1,1	2,9
Situação do domicílio												
Urbana	100,0	19,0	36,4	5,5	19,5	2,4	7,3	3,2	2,1	0,5	1,2	2,9
Rural	100,0	27,6	30,6	5,7	20,6	2,5	6,5	1,3	1,2	0,7	0,7	2,7
Norte	100,0	25,8	33,6	7,4	16,5	3,6	4,9	2,4	1,9	0,4	1,1	2,5
Nordeste	100,0	24,2	32,8	6,5	18,2	3,1	6,5	2,8	1,8	0,4	1,1	2,4
Sudeste	100,0	18,3	37,2	4,9	19,5	2,1	7,9	3,4	2,1	0,6	1,2	2,9
Sul	100,0	18,5	35,0	5,9	21,9	2,2	7,0	2,5	2,0	0,6	0,9	3,4
Centro-Oeste	100,0	17,7	37,9	5,2	21,2	2,5	6,4	2,8	1,7	0,5	1,2	3,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Na POF 2008-2009 também foi estimada a distribuição da despesa de consumo dentre seus grupamentos para classes extremas de rendimentos. As classes são definidas como sendo as famílias com rendimentos até R\$ 830,00 pertencentes à classe inferior extrema e as famílias com rendimentos acima de R\$10.375,00 pertencentes à classe superior extrema. Os resultados podem ser observados na tabela 1.4.

A diferença entre essas classes na maioria dos grupamentos da despesa com consumo é expressiva. As despesas com alimentação, por exemplo, enquanto que na classe inferior extrema são responsáveis por 27,8% dos gastos totais, na classe superior extrema equivale a apenas 8,5%. Quanto à habitação, quando os rendimentos foram os mais baixos, a participação na despesa total foi de 37,2% e, na situação oposta, foi de 22,8%. As famílias de rendimentos inferiores apresentaram participação mais significativa para os gastos com os itens aluguel (17,5% contra 8,8% do grupo com rendimentos mais elevados), serviços e taxas (8,9% contra 4,5%), mobiliários e artigos para o lar; e eletrodomésticos (5,7% contra 2,7%). Nas despesas com transporte, as famílias da classe inferior extrema registraram menor participação (9,7%) na despesa total que as famílias da classe superior extrema (17,7%). Para as famílias de rendimentos mais baixos foi mais importante o item transporte urbano (3,8% contra 0,6%) e para as famílias de rendimentos mais elevados o

item mais importante foi aquisição de veículos (9,4% contra 2,4%) (IBGE, 2010).

Tabela 1.4 - Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal família, por classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesas selecionadas – Brasil – período 2008-2009.

Tipos de despesa selecionada	Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar (%)		
	Total	Classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar (R\$)	
		Até 830 (1)	Mais de 10 375
Despesas total	100,0	100,0	100,0
Despesas correntes	92,1	96,9	87,1
Despesas de consumo	81,3	93,9	67,2
Alimentação	16,1	27,8	8,5
Habitação	29,2	37,2	22,8
Aluguel	12,8	17,5	8,8
Serviços e taxas	7,0	8,9	4,5
Mobiliários e artigos do lar	1,8	2,5	1,4
Eletrodomésticos	2,1	3,2	1,3
Transporte	16,0	9,7	17,7
Urbano	2,2	3,8	0,6
Aquisição de veículos	6,9	2,4	9,4
Assistência à saúde	5,9	5,5	5,6
Remédios	2,8	4,2	1,9
Plano/seguro-saúde	1,7	0,3	2,4
Educação	2,5	0,9	2,9
Outras despesas de consumo	11,7	12,8	9,7
Outras despesas correntes	10,9	3,1	19,9
Aumento do ativo	5,8	2,2	10,5
Diminuição do passivo	2,1	0,9	2,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

(1) Inclusive sem rendimento.

Anteriormente foi feita uma comparação entre os resultados do ENDEF 1974-1975, da POF 2002-2003 e da POF 2008-2009 abordando os principais grupamentos da despesa total. Essa comparação é feita para os grupamentos da despesa de consumo na tabela 1.5. A comparação é feita apenas entre alguns dos grupamentos em que se dividem as despesas com consumo, devido as diferentes formas de classificação dos itens de consumo nas três pesquisas.

Tabela 1.5 - Participação na despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, no Estudo Nacional da Despesa Familiar – ENDEF e na Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, por situação do domicílio, segundo os tipos de despesa selecionada – Brasil – período 1974/2009.

Tipos de despesa selecionada	Participação na despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbano			Rural		
	ENDEF 1974-1975 (1)	POF		ENDEF 1974-1975	POF		ENDEF 1974-1975 (1)	POF	
		2002-2003	2008-2009		2002-2003	2008-2009		2002-2003	2008-2009
Alimentação	33,9	20,8	19,8	30,1	19,6	19,0	53,2	34,1	27,6
Habitação	30,4	35,5	35,9	32,7	36,1	36,4	17,8	28,7	30,6
Transporte	11,2	18,4	19,6	11,9	18,5	19,5	7,5	17,9	20,6
Assistência à saúde	4,2	6,5	7,2	4,1	6,6	7,3	5,0	5,4	6,5
Educação	2,3	4,1	3,0	2,6	4,3	3,2	0,9	1,5	1,3
Outros	18,0	14,7	14,4	18,7	14,9	14,6	15,5	12,5	13,5

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009.

(1) Exclusive a área rural das Regiões Norte e Centro-Oeste.

Os resultados obtidos para os três grupos mais expressivos nas despesas de consumo sofreram alterações significativas ao longo do tempo, a nível nacional e nas áreas urbana e rural. As despesas com alimentação, que na POF 2008-2009, representaram 19,8% do total das despesas de consumo, na POF 2002-2003 registraram participação de 20,8% e no ENDEF 1974-1975, 33,9%. A evolução dessa participação confirma o comportamento de queda que vem sendo observado. Na área urbana do Brasil, o ENDEF 1974-1975 registrou participação de 30,1% para esse grupo de despesas, a POF 2002-2003 registrou 19,58% e a POF 2008-2009 19%. Na área rural também foi observada uma queda na evolução da participação das despesas com alimentação. Os resultados observados foram: ENDEF 1974-1975 (53,2%), POF 2002-2003 (34,12%) e POF 2008-2009 (27,6%).

No grupo de despesas com habitação, os resultados das POFs apontam crescimentos significativos em relação ao ENDEF. Para o Brasil, verificou-se na POF 2008-2009, participação nas despesas de consumo de 35,9% e na POF 2002-2003, de 35,5%, contra 30,4% no ENDEF 1974-1975, indicando crescimento continuado. Na situação urbana, a evolução das participações no período ocorreu em escala mais suave no sentido do crescimento. Já na rural, o aumento da participação dos gastos com habitação no período avaliado foi

mais significativo, tendo registrado 17,8% no ENDEF 1974-1975, 28,66% na POF 2002-2003 e 30,6% na POF 2008-2009.

Quanto às participações das despesas com transporte verificou-se crescimento em sua evolução nos três estratos observados. No resultado nacional, verificaram-se crescimentos de 7,2 pontos percentuais entre o ENDEF 1974-1975 e a POF 2002-2003 e de 1,2 pontos percentuais entre a POF 2002-2003 e a POF 2008-2009. Para as famílias residentes em situação urbana, o crescimento foi similar ao verificado para o país. Na área rural os gastos com transporte apresentaram crescimentos mais acentuados. As participações registradas foram: no ENDEF 1974-1975, 7,5%; na POF 2002-2003, 17,9%; e na POF 2008-2009, 20,6%.

Portanto, diante dos dados das três pesquisas, observa-se que as famílias brasileiras despendem a maior parte de sua renda para as despesas de consumo. De 1974-1975 para 2008-2009 ocorreu um aumento significativo das despesas de consumo, passando de 74,6% para 81,3% das despesas totais, o que indica mudanças no modo de vida das pessoas e maior oferta de bens e serviços.

As despesas de consumo são maiores na área rural e nas Regiões Norte e Nordeste, de onde podemos inferir que as pessoas com rendimentos inferiores despendem mais de sua renda com consumo que as pessoas com rendimentos mais elevados. Essa inferência é confirmada pela tabela 1.4 que mostra que as pessoas da classe inferior extrema têm 93,9% de suas despesas destinadas ao consumo, enquanto as pessoas da classe superior extrema destinam apenas 67,2% de suas despesas para este fim. Desse modo, chega-se a conclusão que são as famílias de rendimentos inferiores que têm maior participação nas despesas de consumo no país.

Quando se compara o ENDEF 1974-1975 com as POFs 2002-2003 e 2008-2009 observa-se que a composição das despesas com consumo vem mudando ao longo dos anos. As despesas com alimentação vêm perdendo participação nas despesas com consumo enquanto que outros tipos de despesas, como habitação e transporte, vêm aumentando seu peso. Isso é um indício de que os padrões de consumo da população estão mudando e que as pessoas estão tendo um acesso maior a bens que antes não podiam ser consumidos pelas pessoas pertencentes às classes inferiores por serem

considerados bens de luxo. Um exemplo disso é que as despesas com aquisição de eletrodomésticos da classe inferior extrema em 2008-2009 foi superior a da classe superior extrema, sendo esta despesa correspondente por 3,2% das despesas totais da classe inferior extrema e apenas 1,3% das despesas totais da classe superior extrema (IBGE, 2010).

Capítulo 2 - A CLASSE MÉDIA BRASILEIRA

No primeiro capítulo foram apresentadas características das despesas de consumo para a população brasileira. Nesse capítulo essa análise se concentrará na classe média brasileira. Na primeira seção serão apresentadas diferentes definições de classe média e a definição adotada por este trabalho. Na segunda seção abordaremos a queda da concentração de renda que vem ocorrendo no Brasil desde 2001 e é um dos principais motivos para a expansão da classe média brasileira. A última seção destaca o consumo da classe média brasileira, trazendo dados sobre o acesso dessa classe a alguns bens de consumo duráveis e a alguns serviços públicos. Nessa seção também será apresentado o comportamento das despesas de consumo da classe média brasileira de acordo com a POF 2008-2009.

2.1 DEFINIÇÕES DE CLASSE MÉDIA

Os estudos brasileiros produzidos nas décadas de 1960 e 1970 tinham como pano de fundo a discussão sobre o papel político da classe média e analisavam de que lado a classe média iria se postar: ao lado do proletariado ou ao lado da burguesia (ALBUQUERQUE, 1977).

Após essa primeira fase de pesquisas, verifica-se uma lacuna de estudos econômicos sobre este tema durante as décadas de 1980 e 1990, salvo a exceção representada por Quadros (1985 e 1991). Na história do país estas duas décadas foram marcadas pelo aprofundamento da crise econômica e o tema da classe média ficou em segundo plano até a estabilização monetária.

Nos anos 2000 renasceu o interesse e essa retomada é marcada por uma transformação metodológica. Saem de cena as discussões sobre a ocupação e a natureza do trabalho como variáveis definidoras de classe média e entram os conceitos de renda e poder de compra.

O termo classe média pode ser entendido como uma referência às pessoas que não se encontram nem na situação de pobreza, mas que também não atingem os níveis mais altos de renda e, portanto, a classe média é a classe econômica entre a classe baixa e a classe alta. Na literatura não existe

um consenso quanto a como se estimar ou medir a classe média. Easterly (2001), Banerjee e Duflo (2007) e Neri (2010) são alguns dos autores que definem a classe média de forma mais objetiva, isto é, em termos da renda e da capacidade de consumo dos indivíduos. Outros autores buscam definir a classe média de acordo com características mais subjetivas, como é o caso de Scalón e Salata (2012) que buscam uma definição de classe média com bases em perspectivas sociológicas dos estudos de classe.

Banerjee e Duflo (2007) levam em conta que em uma sociedade heterogênea podem existir diferentes níveis de classe média e, portanto, fazem a distinção entre as famílias cujos gastos diários *per capita*, avaliados pela paridade do poder de compra, estão entre US\$ 2 e US\$ 4 e aquelas com gastos diários *per capita* entre US\$ 6 e US\$ 10 para uma definição global de classe média.

Segundo Neri (2012), o estudo sobre a classe média mundial da Goldman Sachs (2008), define classe C com o intervalo compreendido entre R\$ 859 e R\$ 4.296 e o Banco Mundial define classe média como o intervalo compreendido entre R\$ 2.435 a R\$ 10.025. Segundo o estudo da Goldman Sachs (2008) a definição do Banco Mundial encontra-se mais próxima da definição de classe média em países desenvolvidos.

Easterly (2001) define a classe média como aqueles que se encontram entre o 20º e 80º percentil da distribuição de renda e conclui com base na comparação de um grande número de países que os países que têm uma classe média maior tendem a crescer mais rápido, pelo menos se eles não são muito diferentes etnicamente.

Portanto, observa-se que a definição de classe média em nível mundial varia bastante. Assim como a classe média mundial, a classe média brasileira também pode ser definida de diversas maneiras. Serão apresentadas abaixo algumas das definições de classe média brasileira, como a definição seguida pelo Critério Brasil, em vigor desde 2003, a definição da Secretária de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e a definição de Neri (2010).

O Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), conhecido como Critério Brasil, elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) (2003) é um instrumento de segmentação que utiliza o levantamento

de características domiciliares, como a presença e quantidade de alguns itens de conforto e grau de escolaridade do chefe de família, para diferenciar a população. A função do Critério Brasil é estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas e abandona a pretensão de classificar a população em termos de classes sociais e, portanto, a divisão de mercado é de classes econômicas. Esse critério foi construído para definir grandes classes que atendam às necessidades de segmentação da maioria das empresas.

Essa classificação é feita com base na posse de bens e para cada bem possuído há uma pontuação e cada classe é definida pela soma dessa pontuação. As classes definidas pelo CCEB são A1, A2, B1, B2, C, D e E. A renda média familiar das classes é apresentada na tabela 2.1.

Tabela 2.1 – Renda média familiar das classes econômicas segundo a definição do Critério Brasil.

Classe Econômica	Renda média familiar
A1	R\$ 7.793
A2	R\$ 4.648
B1	R\$ 2.804
B2	R\$ 1.669
C	R\$ 927
D	R\$ 424
E	R\$ 207

Fonte: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) (2003).
Elaboração: Própria.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) (2012) divide a sociedade brasileira em três grandes grupos em termos da renda familiar *per capita*, a saber: classe baixa, classe média e classe alta. O critério que foi seguido para definir essa divisão foi o grau de vulnerabilidade, buscando assim gerar grupos homogêneos com relação à vulnerabilidade à pobreza. Dessa forma, a classe baixa é composta por pessoas que têm alta probabilidade de permanecer ou passar a ser pobres no futuro próximo, e que vivem em famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 291 por mês. Fazem parte da classe média aqueles com baixa probabilidade de passarem a ser pobres no futuro próximo e que vivem em famílias com renda *per capita* compreendida entre R\$ 291 e R\$ 1.019 por mês. As pessoas que pertencem à classe alta possuem probabilidade mínima de se tornarem pobres

no futuro próximo e vivem em famílias com renda *per capita* superior a R\$ 1.019 por mês.

A SAE/PR (2012) ainda faz uma divisão dentro da classe média, definindo três grupos dentro desta classe: a baixa classe média, com renda familiar per capita entre R\$ 291 e R\$ 441, a média classe média, com renda familiar per capita de R\$ R\$ 441 a R\$ 641 e a alta classe média, cuja renda familiar per capita fica entre R\$ 641 e R\$ 1.019. De acordo com os percentis da distribuição de renda, pela definição da SAE/PR (2012), a classe média brasileira se encontra entre o 34º e o 82º percentil.

Segundo a SAE/PR (2012) em 2002 a classe média correspondia a 38% da população brasileira e em 2009 esse número passou para 48%. A estimativa a partir de dados da PNAD era que a classe média compreendia 53% da população brasileira em 2012, ou seja, 104 milhões de pessoas. As estimativas em 2012 para a classe alta eram de 20% da população (40 milhões) e 28% (55 milhões) para a classe baixa. A evolução do tamanho das classes econômicas pode ser vista no gráfico 2.1.

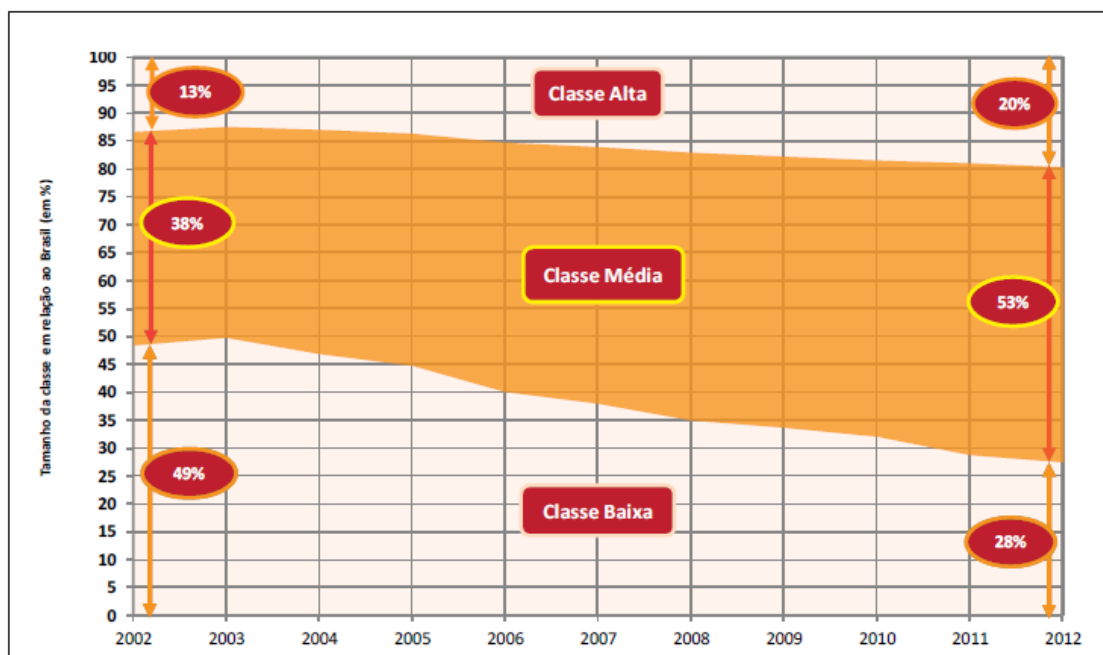


Gráfico 2.1 – Evolução do tamanho das classes econômicas brasileiras, de acordo com a definição da SAE/PR – 2002 a 2012.

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Elaboração: SAE/PR (2012)

De 2002 a 2012, em média 21% da população brasileira ascendeu da classe baixa para a classe média, enquanto que 6% da população ascenderam dessa classe para a classe alta. Portanto, houve um crescimento líquido de 15% na classe média brasileira, já que o tamanho da classe média é definido como o resultado líquido da diferença entre o número de pessoas que ascenderam da classe baixa para a classe média e o número de pessoas que ascenderam da classe média para a alta (SAE/PR, 2012).

Neri (2010) mensura as classes econômicas através da organização de toda a distribuição de renda sob a forma de estratos econômicos. As classes econômicas são definidas por suas rendas *per capita* de todas as fontes. Para quantificar as faixas das classes econômicas, é calculado a renda domiciliar per capita e depois essa é expressa em termos equivalentes de renda domiciliar total de todas as fontes. Dessa forma, Neri (2010) define que a classe C está compreendida entre os que ganham de R\$ 1.126 a R\$ 4.854, conforme a tabela 2.2. A definição de classe média de Neri (2010) será adotada por este trabalho por ser determinada em termos da renda domiciliar e desse modo torna mais fácil a comparação com os dados da POF 2008-2009.

Segundo Neri (2010), a classe C auferir em média a renda média da sociedade, sendo a classe média no sentido estatístico, representando com proximidade a média da sociedade brasileira. No entanto, como existe desigualdade de renda no Brasil, a renda média brasileira acaba se tornando alta em relação ao resto da distribuição.

Tabela 2.2 – Definição das classes econômicas de acordo com a renda domiciliar total mensal de todas as fontes.

Classe Econômica	Limite Inferior	Limite Superior
Classe E	0	705
Classe D	705	1.126
Classe C	1.126	4.854
Classe B	4.854	6.329
Classe A	6.329	+

Fonte: CPS/FGV a partir do processamento dos microdados da PNAD/IBGE.
Elaboração: Própria.

Neri (2010) observa que de acordo com a PNAD 2009, a proporção de pessoas pertencentes à classe A aumentou em 0,18% em relação a 2008,

percentual equivalente a 106,5 mil novas pessoas pertencentes à classe A (tabela 2.3). Desde 2003, 3,2 milhões de pessoas ingressaram na classe A. De 2008 para 2009 a classe B cresceu 3,5% o que significa que 443 mil pessoas ascenderam para esta classe. Em 2009, 40,4 milhões de pessoas eram classificadas como classe B. As classes A e B foram as que cresceram mais em termos relativos de 2003 a 2009, 39,6%, quando 6,6 milhões de brasileiros foram incorporados a essas duas classes, que atingiam juntas cerca de 10% da população, 20 milhões de brasileiros. A classe C aumentou de 37,56% em 2003 para 50,45% da população brasileira em 2009 (gráfico 2.2), ou seja, 94,9 milhões de brasileiros pertenciam à classe média em 2009. O crescimento acumulado da classe C entre 2003 e 2009 foi de 34,32%, o que significa dizer que 29 milhões de brasileiros se tornaram classe média durante esse período, sendo que 3,2 milhões foram entre 2008 e 2009, período de crise econômica, quando a classe C cresceu mais em termos proporcionais, 2,5% a mais do que as demais classes.

Tabela 2.3 – Evolução das classes econômicas em número de pessoas e em porcentagem.

	2003 - 2009		2008 - 2009	
Classe E	-20.481.069	-45,50%	-1.022.145	-4,32%
Classe D	-2.431.443	-11,63%	-946.083	-3,00%
Classe C	29.063.545	34,32%	3.172.653	2,49%
Classe B	3.391.694	38,51%	443.181	3,49%
Classe A	3.253.636	40,99%	106.487	0,18%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração: Própria.

Em contrapartida ao crescimento das classes A, B e C, as classes D e E diminuíram, conforme se observa na tabela 2.3. De 2003 para 2009 a classe D encolheu 11,63%, ou seja, 2,5 milhões de pessoas deixaram de pertencer à classe D. De 2008 para 2009 essa classe sofreu redução de 0,9 milhões de pessoas, valor equivalente a 3%. A classe E encolheu em 45,50% de 2003 para 2009 e 4,32% de 2008 para 2009 representando a saída de 1 milhão de pessoas da classe de renda mais baixa. A partir do gráfico 2.2 é possível notar os movimentos de aumento das classes AB e C e de queda na classe DE. Nas classes ABC 35,7 milhões de pessoas foram adicionadas entre 2003 e 2009. Em contrapartida a base da pirâmide econômica, classes DE, foi reduzida de 96,2 milhões em 2003 para 73,2 milhões em 2009 (NERI, 2010).

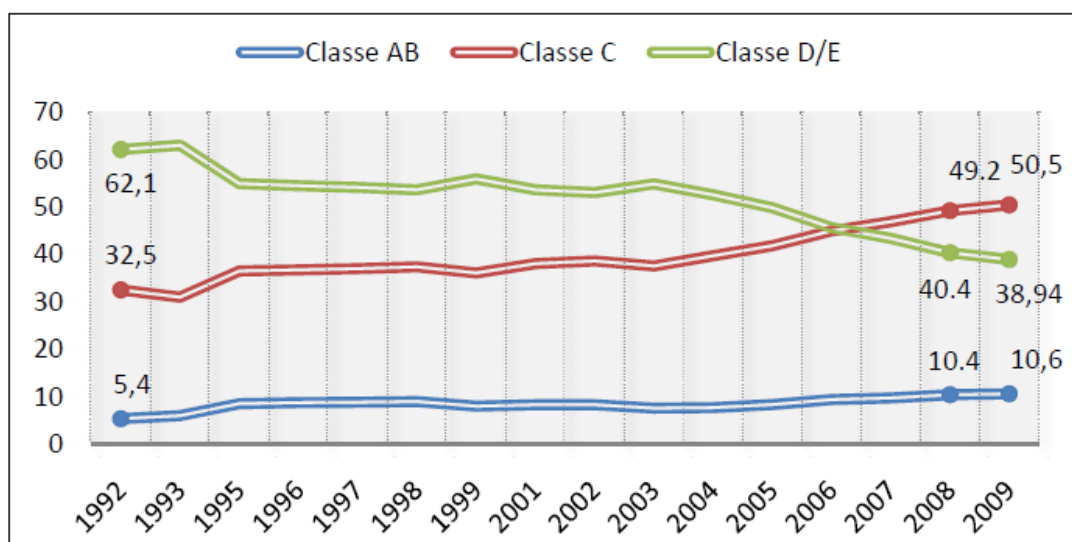


Gráfico 2.2 – Evolução das classes econômicas (em porcentagem).
 Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.
 Elaboração: Neri (2010).

No gráfico 2.3 é apresentado o movimento de evolução da classe C a partir de 1992, com um pequeno recuo em 1993 em consequência da crise que o país passava naquela época e um recuo também em 2003 no início do governo Lula. Em 1992 a classe C representava 32,52% da população brasileira, passando para 37,56% em 2003 e atingindo 50,45% da população em 2009.

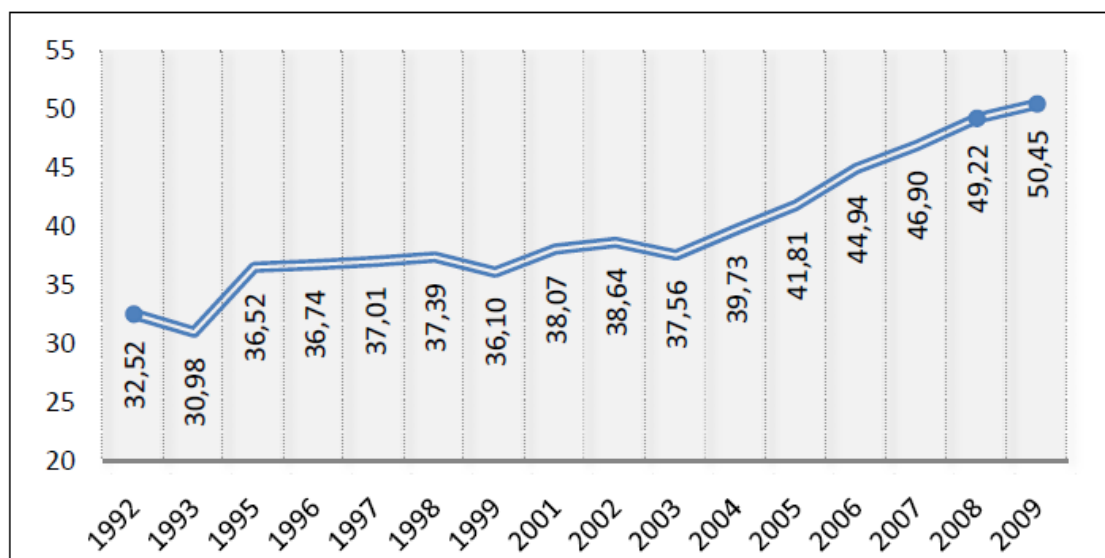


Gráfico 2.3 – Evolução da classe C (em porcentagem).
 Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.
 Elaboração: Neri (2010).

León (2012) busca uma definição objetiva da classe média brasileira, levando em conta as características do país e do período de tempo em que

realizou seu estudo. Sua proposta é basear a definição de classe média apenas em rendimentos provenientes do trabalho. A autora toma como referência em sua definição as subdivisões estabelecidas pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), que mostram oito grupos de diferentes retornos mensais do trabalho. Estes oito grupos consistem em: aqueles cujo retorno mensal do trabalho é equivalente à metade ou menos do salário mínimo, aqueles cujo retorno mensal está entre mais de metade do salário mínimo e um salário mínimo, seguido por aqueles cujos retornos são entre mais de um a dois salários mínimos, aqueles entre mais de dois e três, aqueles entre mais de três e cinco, entre os mais de cinco e dez, entre mais de dez e vinte, e, finalmente, aqueles cujos rendimentos mensais do trabalho são equivalentes a mais de vinte salários mínimos.

De acordo com León (2012) o salário mínimo mensal era de R\$ 465 em 2009, o que seria equivalente a US\$ 335 por mês pela paridade do poder de compra ou US\$ 10 por dia. Seguindo o mesmo critério de determinação dos salários mensais equivalentes para os diferentes grupos, temos: para os grupos de trabalho cujo retorno é entre a metade do salário mínimo e dois salários mínimos, o salário mínimo seria entre 10 \$ e 16 \$ por dia; e para aqueles grupos cujo retorno está entre mais de dois e cinco salários mínimos, o seu salário seria entre 26 \$ e 42 \$ por dia. Os primeiros são definidos como baixa classe média, que têm abaixo deles aqueles que não atingem a metade do salário mínimo, e os segundos como alta classe média, que têm sobre eles as classes mais ricas cujos salários são entre 75 \$ e 353 \$ por dia. De acordo com León (2012) a partir dessa definição é possível fazer subdivisões dentro da classe média e ter em conta alterações na sua composição de acordo com o salário mínimo.

2.2 QUEDA DA DESIGUALDADE DE RENDA BRASILEIRA

De acordo com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) (2012), a expansão da classe média brasileira foi resultado da combinação entre crescimento econômico e redução da desigualdade. Devido a essa combinação a classe baixa pode obter uma redução acentuada, sendo esta redução notoriamente maior que a expansão

da classe alta. Para a SAE/PR (2012) se o país tivesse seguido apenas no caminho do crescimento econômico, sem redução da desigualdade a classe média não teria crescido tanto nos últimos anos. Sem redução da desigualdade apenas 9% da população teria passado de classe baixa para classe média, enquanto que com o processo de redução de desigualdade esse número foi de 21% da população. Da mesma forma, sem redução na desigualdade 5% da população teria saído da classe média para a classe alta, contra 6% com queda na desigualdade, diferença significativamente menor que a ascensão da classe baixa para a classe média. Dessa forma, sem a redução da desigualdade a classe média brasileira teria crescido apenas 4% contra os 15% efetivamente observados. Portanto, observa-se que o crescimento acentuado da classe média brasileira nos últimos anos se deve mais a redução da desigualdade do que ao crescimento econômico, cabendo uma análise da evolução da desigualdade de renda na economia brasileira das últimas décadas.

Ao longo dos anos 1980 e 1990 a proporção de pobres na população brasileira manteve-se relativamente estável, com reduções nos momentos de implementação dos Planos Cruzado e Real, quando a porcentagem de pobres na população chegou a 28,2% e a 33,9%, respectivamente. O grau de pobreza atingiu seus valores máximos durante a recessão do início da década de 80, quando a porcentagem de pobres ultrapassou os 50%, atingindo 51,1% em 1983 e 50,5% em 1984 (BARROS *et. al.*, 2001).

O Brasil registrou até o início dos anos 2000 um nível alto de desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza, e conseqüentemente parte significativa da população era excluída do acesso a condições mínimas de sobrevivência. Em 1999, cerca de 14% da população brasileira vivia em famílias com renda inferior à linha de indigência e 34% em famílias com renda inferior à linha de pobreza. Portanto, aproximadamente 22 milhões de brasileiros eram classificados como indigentes e 53 milhões como pobres (BARROS *et. al.*, 2001).

Barros *et. al.* (2001) argumenta que o nível elevado de pobreza no Brasil registrado até 1999 não deve ser associada à escassez, absoluta ou relativa, de recursos, mas sim a um problema relacionado à distribuição dos recursos. Dessa forma o alto e estável grau de desigualdade de renda presente na

economia brasileira até início dos anos 2000 representa o principal determinante da pobreza. Portanto, de acordo com esse pensamento, a pobreza brasileira é mais sensível a mudanças na desigualdade de renda do que ao crescimento econômico. Logo, as políticas voltadas para reduzir a pobreza brasileira devem ter como objetivo a redução dos níveis de desigualdade de renda. No entanto, até 1999 os mecanismos utilizados pelo Brasil para reduzir a pobreza eram resultado do crescimento econômico e não de políticas públicas focadas em uma maior equidade da distribuição de renda e por isso o país não obteve resultados satisfatórios em relação à redução da pobreza.

A partir de 2001, o grau de desigualdade de renda no Brasil começa a declinar e o país está próximo de atingir o seu menor nível de desigualdade de renda desde registros iniciados em 1960 (gráfico 2.4). O índice de Gini passou de 0,5957 em 2001 para 0,5448 em 2009, conforme o gráfico 2.5. De acordo com Neri (2010) desde 1960 a desigualdade na economia brasileira nunca caiu tanto. As quedas registradas a partir de 2002 em termos percentuais foram: -1,2% em 2002; -1% em 2003; -1,9% em 2004; -0,6% em 2005; -1,06% em 2006; -1,3% em 2007; -1,15% em 2008 e -0,70% em 2009. No entanto, para Barros *et. al.* (2006a) mesmo com esta redução a desigualdade no país permanece elevada, e mesmo que a desigualdade esteja declinando de forma acentuada seriam ainda necessários mais de 20 anos para que o Brasil atingisse níveis similares aos da média dos países com o mesmo grau de desenvolvimento.

Estudos realizados para investigar as causas da queda do grau de desigualdade de renda, como por exemplo, Barros *et. al.* (2006b) e Hoffmann (2006), apontam que parte dessa redução não está relacionada às transformações no mercado de trabalho, mas sim a mudanças na distribuição da renda não derivada do trabalho, já que entre 2001 e 2005 a participação da renda não derivada do trabalho no orçamento familiar aumentou de 22% para 24% e a proporção de brasileiros que vivem em domicílios em que parte do orçamento provém de fontes não derivadas do trabalho passou de 42% para 52%. Em 2005, 24,1% da renda das famílias advinha de outras fontes distintas do trabalho, entre as quais as transferências públicas e privadas eram as mais importantes, representando 88,8% da renda não derivada do trabalho. Quase

90% das transferências são públicas, sendo que 95% dessas transferências são formados por pensões e aposentadorias. Os benefícios do programa Bolsa Família representam 2,37% das transferências públicas e a participação do Benefício de Prestação Continuada é de 2,35% (BARROS *et. al.*, 2007).

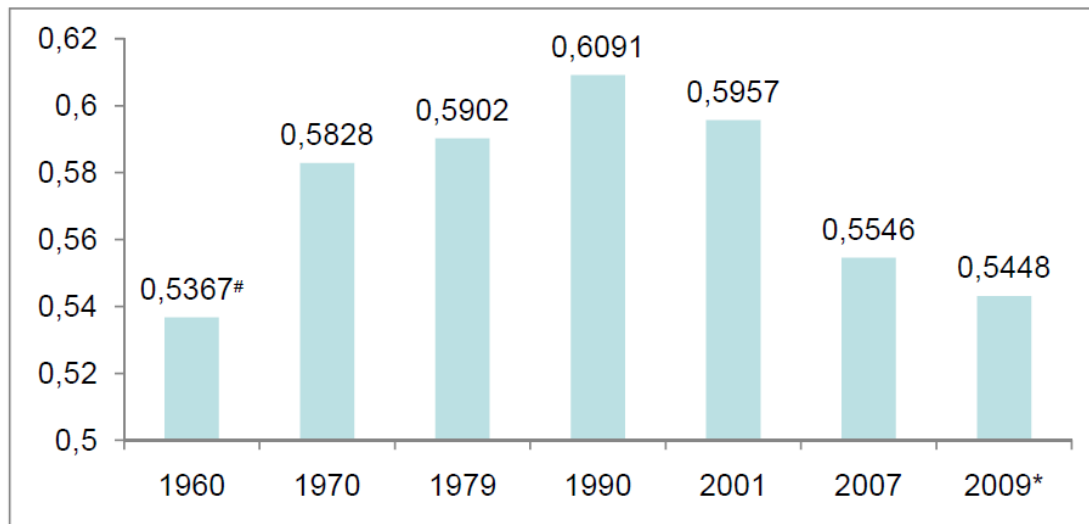


Gráfico 2.4 – Índice de Gini - 1960 a 2009.

Baseada na variação de renda individual entre Censos de 1960 e 1970 incluindo a população sem rendimentos de Langoni 1973.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD, e Censos/IBGE.

Elaboração: Neri (2010).

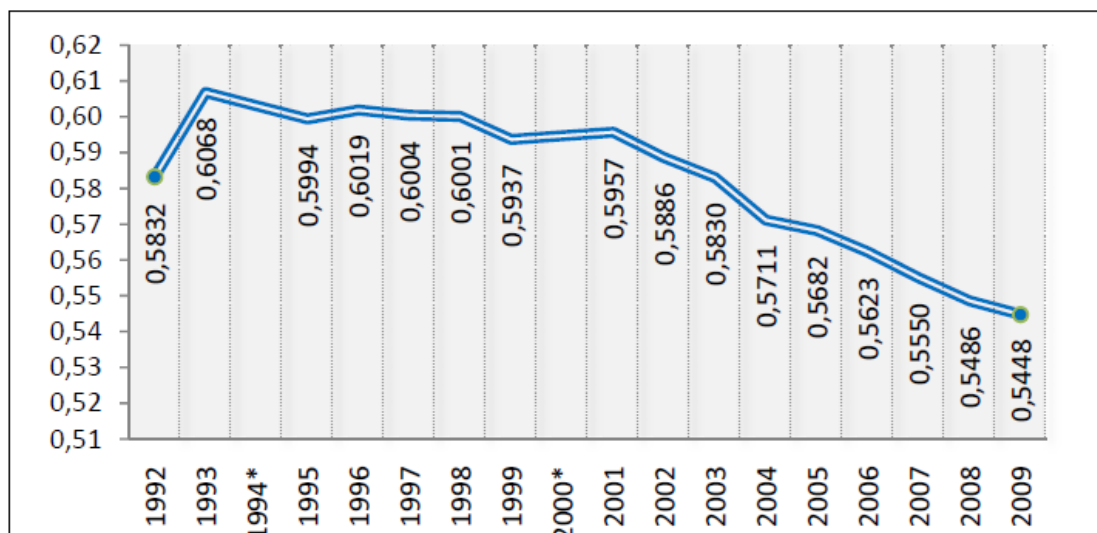


Gráfico 2.5 – Evolução do Índice de Gini.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração: Neri (2010).

No decorrer dos anos 2000, a cobertura das políticas de transferência de renda aumentou, inicialmente com a ampliação da implementação de dois programas federais, o Benefício de Prestação Continuada (BCP) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), instituídos em 1996. Em 2001 foram

implementados os programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, em 2002 o programa Auxílio Gás e em 2003 o Cartão Alimentação. Em outubro de 2003 foi criado o programa Bolsa Família que unificou esses quatro programas e que gradativamente aumentou a cobertura, aumentando o acesso de domicílios mais pobres a esses programas de transferência de renda, que visam o combate da pobreza (MONTALI e TAVARES, 2008).

Hoffmann (2013) avalia que no período de 1995-2011 o rendimento de aposentadorias e pensões pagas pelo sistema de previdência “oficial” (do INSS ou do regime especial para funcionários públicos) contribuiu com 11,7% da redução do índice de Gini. A estimativa do rendimento de transferências do governo federal, incluindo Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada contribui com 16,1% da redução do índice de Gini de 2001 a 2011, sendo sua participação média na renda total declarada inferior a 1,0%. Isto está associado à grande progressividade das transferências federais, particularmente às do Programa Bolsa Família. Hoffmann (2013) afirma que vários autores já usaram procedimentos mais sofisticados e trabalhosos que o usado por ele para separar, na PNAD, os rendimentos de transferências e um desses trabalhos foi desenvolvido por Barros *et. al.* (2007).

De acordo com Barros *et. al.* (2007) metade da queda na desigualdade de renda entre 2001 e 2005 decorreu de transformações na renda não derivada do trabalho, valor bastante significativo, já que essa fonte representa cerca de 25% da renda total das famílias. A renda não derivada do trabalho é formada por ativos e transferências. Os ativos não apresentaram contribuição significativa para a queda da desigualdade, e, portanto, todo o impacto das transformações sobre a renda não derivada do trabalho se devem às transferências. Dentre as transferências o impacto das transformações nas transferências privadas foi negativo, ou seja, se essa fosse a única fonte de mudança a desigualdade teria aumentado. Portanto, o impacto das transferências na queda da desigualdade decorre de mudanças nas transferências públicas, responsáveis por 48% da queda recente da desigualdade. Dentro das transferências públicas as pensões e aposentadorias foram as que causaram maior impacto na queda da desigualdade (26%). Os programas Bolsa Família (12%) e o BCP (11%) apresentaram contribuições similares.

A maior parte do impacto das transferências públicas foi em virtude de mudanças na distribuição marginal da fonte, por meio da expansão da cobertura da fonte e de alterações na distribuição entre os que recebem renda dessa fonte. O mecanismo principal por meio do qual a renda não derivada do trabalho afetou a desigualdade total foi a expansão da cobertura. A porcentagem de pessoas em famílias que recebem esse tipo de renda passou de 42% para 52% entre 2001 e 2005, fato que respondeu por cerca de 51% da queda da desigualdade. No caso das pensões e aposentadorias, as mudanças na distribuição entre os receptores foram responsáveis por 20% da queda da desigualdade total. Quanto ao BCP o aumento de 2 pontos percentuais na cobertura foi responsável pela queda de 9% da desigualdade total. A cobertura do programa Bolsa Família cresceu em torno de 10% entre 2001 e 2005, causando uma queda de 12% na desigualdade total.

Entre 2001 e 2009, a renda *per capita* dos 10% mais ricos aumentou em 1,49% ao ano, enquanto a renda *per capita* dos mais pobres cresceu a taxa de 6,79% ao ano, de acordo com o gráfico 2.6. Em consequência da manutenção do crescimento econômico com redução da desigualdade a pobreza está diminuindo. Em 2003 o número de pobres segundo a linha de pobreza da FGV era 49 milhões de pessoas, que corresponde na classificação de classes de Neri (2010) a classe E. Após a recessão do primeiro ano de governo Lula até 2008 19,5 milhões de pessoas saíram da pobreza. Entre 2008 e 2009 a taxa de pobreza caiu de 16,02% para 15,32%, uma queda de 4,2%, valor elevado considerando que nesse período o país passava pela crise de 2008 (NERI, 2010).

A SAE/PR (2012) estima que se for mantido o ritmo de crescimento econômico e de queda na redução da desigualdade dos últimos 10 anos, a classe média brasileira irá abranger 57% da população em 2022. Se a queda na desigualdade não for mantida a classe média continuará no mesmo patamar de 2012, abrangendo 53% da população brasileira.

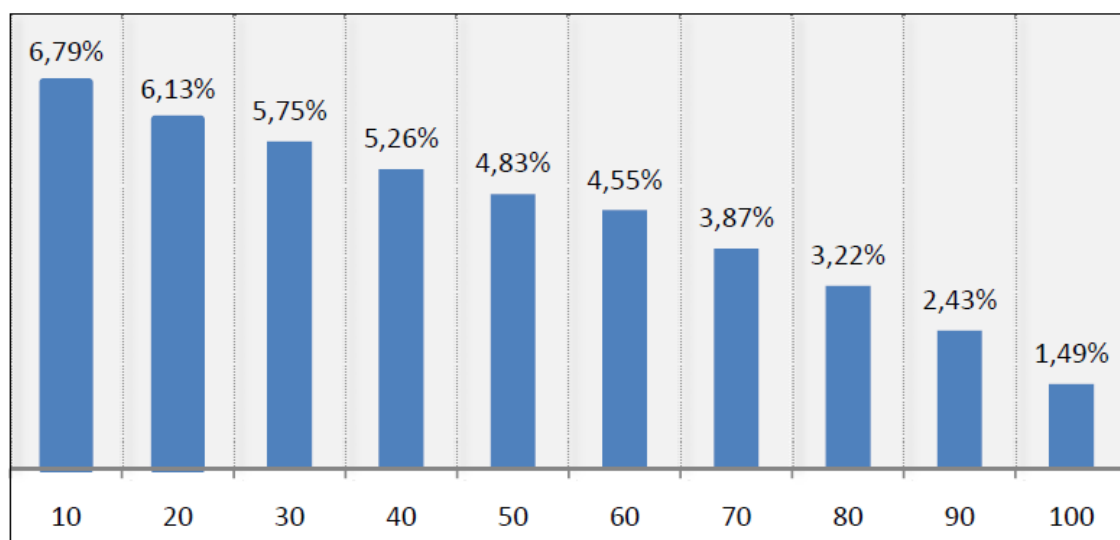


Gráfico 2.6 - Variação *per capita* da renda média por décimos de renda – Brasil – 2001 a 2009.
 Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD.
 Elaboração: Neri (2010).

2.3 CONSUMO NA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA

Da mesma forma que a classe média apresenta grande representatividade na população brasileira ela também possui participação expressiva na renda e no consumo das famílias. A renda da classe média brasileira cresceu 3,5% ao ano no período de 1999 a 2009, ao passo que a renda média das famílias brasileiras cresceu 2,4% ao ano. Desse modo, a classe média brasileira responde por 36% da renda das famílias, enquanto que em 1999 representava 32% (SAE/PR, 2012).

Assim como a renda, o consumo das famílias de classe média cresceu mais que a média nacional. Enquanto o consumo das famílias brasileiras cresceu 2,4% ao ano entre 1999 e 2009, o consumo das famílias de classe média cresceu 2,7% ao ano, conforme a tabela 2.4. Em nível de comparação global, conforme o gráfico 2.7, em 2012 o Brasil representava o 8º maior mercado consumidor e se a classe média brasileira fosse um país ela representaria o 18º maior mercado consumidor mundial (SAE/PR, 2012).

Entre 2003 e 2010 foram criados 14 milhões de empregos formais e o salário médio do trabalhador expandiu-se aproximadamente 20%. Como consequência, mais de 30 milhões de pessoas ingressaram na classe média e a expansão desse grupo está promovendo mudanças no padrão de consumo brasileiro (SAE/PR, 2012).

Tabela 2.4 – Evolução do consumo *per capita* das famílias por classe.

Indicador	Classe	2003	2009	Taxa anual de crescimento (em%)
Consumo <i>per capita</i>	Todas	563	648	2,4
	Baixa	116	139	3,0
	Média	396	464	2,7
	Alta	1.607	1.822	2,1
Participação na população (em %)	Baixa	27		
	Média	53		
	Alta	20		

Fonte: SAE/PR, 2012.

Elaboração: SAE/PR (2012).

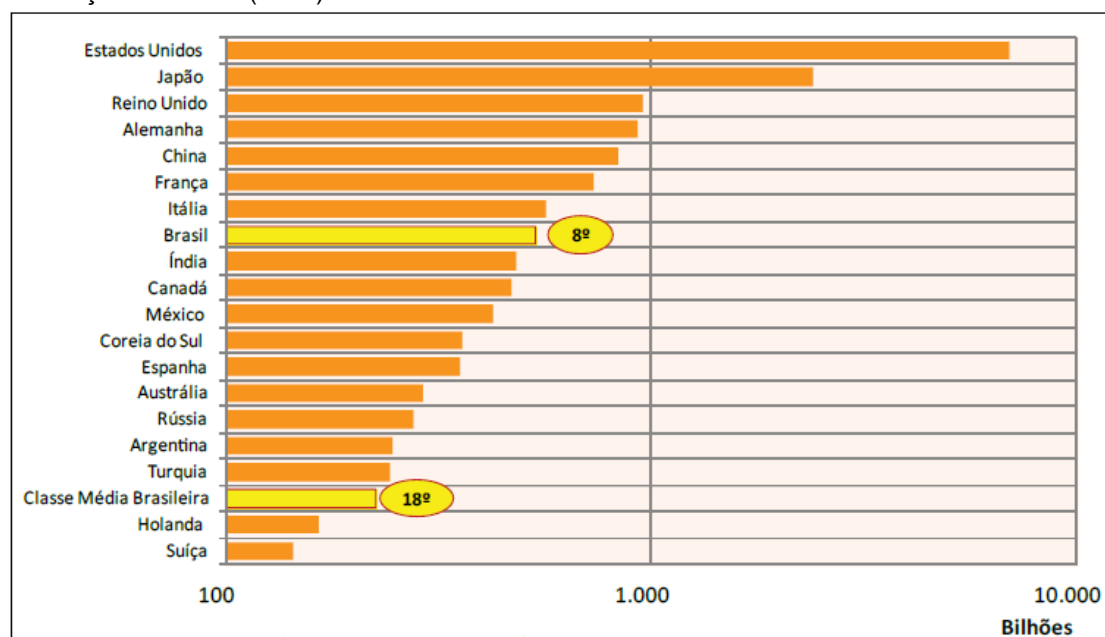


Gráfico 2.7 – Despesa de consumo das famílias por país, 2012.

Fonte: World Bank. World Development Indicators.

Elaboração: SAE/PR (2012).

A classe média brasileira, composta de 94,9 milhões de pessoas em 2009, ou seja, cerca de 50,5% da população é a classe dominante do ponto de vista econômico, pois concentra 46,24% do poder de compra dos brasileiros em 2009 contra 45,66% em 2008, superando as classes AB, estas com 44,12% do total de poder de compra. As classes D e E representavam 9,65% do poder de compra em 2009, sendo que antes do lançamento do Plano Real esse número era de 19,79%. (NERI, 2010)

Em seu trabalho Neri (2010) identifica o potencial de consumo exercido pelas famílias através do acesso a bens de consumo, como por exemplo, TV e freezer, a serviços públicos, como coleta de lixo e rede de esgoto, e a condições de moradia.

Em relação aos bens de consumo, o acesso a máquina de lavar roupas foi o que mais cresceu entre 2003 e 2009, com um aumento de 32,61%. O acesso a geladeira cresceu 8,41% e o acesso a televisão cresceu 6,73%. Esses três bens citados já estão presentes em mais de 90% da população brasileira e em todos os itens a proporção de acesso cresce conforme o nível de renda. O bem com proporção de acesso mais desigual é a máquina de lavar, onde 85,72% da classe AB tem acesso a esse bem contra 16,48% na classe E. Na classe C, 53,22% das pessoas têm acesso a máquina de lavar. O acesso a geladeira é maior que 90% da população em todas as classes, com exceção da classe E, na qual 79,82% das pessoas tem acesso. Na classe C 97,49% das pessoas tem acesso a geladeira. A televisão é o bem mais difundido entre as classes, sendo que 97,62% da classe C tem acesso a esse bem. O freezer por sua vez é o bem menos difundido, sendo que apenas 17,68% da população da classe C tem acesso a esse bem (gráficos 2.8 e 2.9).

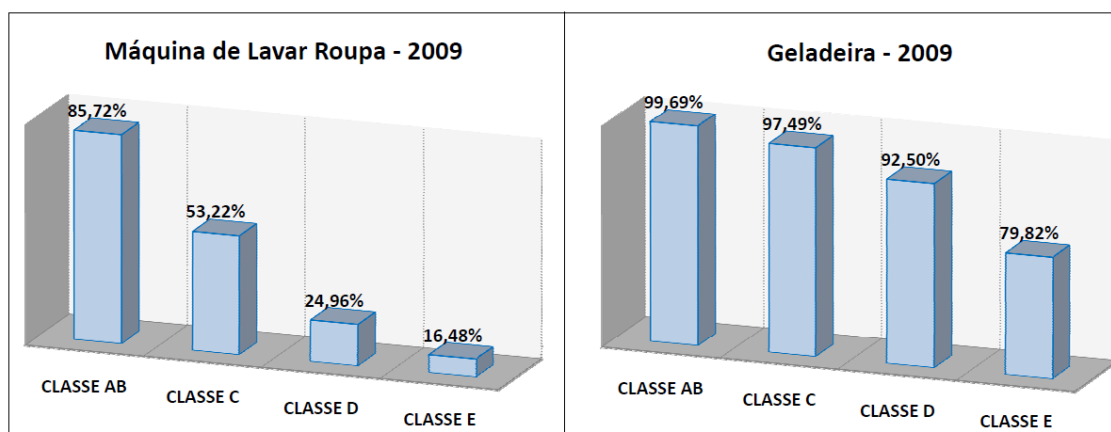


Gráfico 2.8 – Porcentagem da população com acesso a máquina de lavar e geladeira, por classes econômicas.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração: Neri (2010).

A taxa de acesso a serviços públicos é crescente ao longo do tempo. O serviço de rede geral de esgoto apresenta aumento de 12,5% desde 2003, enquanto que a coleta direta de lixo apresenta aumento de 7,5%. A taxa de acesso a rede de esgoto na classe C é de 57,78%, enquanto que nas classes mais baixas é de 40,45% na classe D e 30,65% na classe E. O serviço de coleta direta de lixo chega a 87,46% da classe C, enquanto que na classe E 64,20% das pessoas têm acesso a esse serviço (gráfico 2.10).

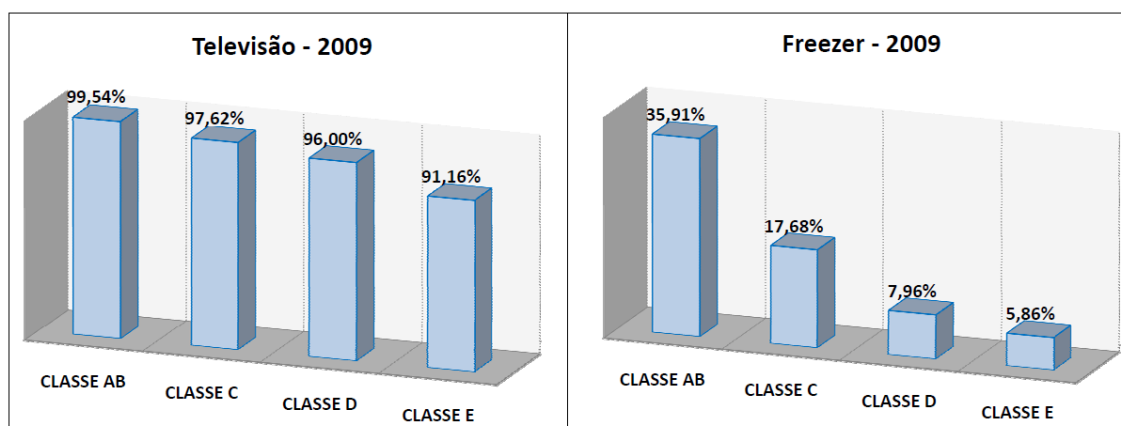


Gráfico 2.9 – Porcentagem da população com acesso a televisão e a freezer, por classes econômicas.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração: Neri (2010).

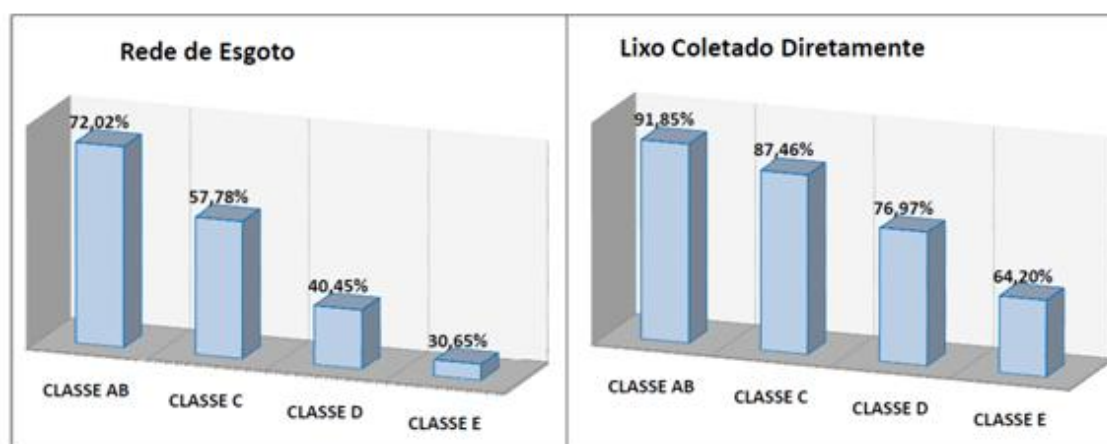


Gráfico 2.10 – Porcentagem da população com acesso a rede de esgoto e a coleta direta de lixo, por classes econômicas em 2009.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração: Neri (2010).

Para avaliar a moradia, Neri (2010) analisou a quantidade de banheiros na propriedade, já que esta variável é um importante medidor de riqueza. A proporção de pessoas com mais de 3 banheiros em casa cresceu quase 7% de 2003 a 2009 e em 2009 cerca de 2,05% da população fazia parte desse grupo. Em 2009 1,07% da classe C possuía propriedades com mais de três banheiros, contra 13,24% da classe AB (gráfico 2.11). Em questão de financiamento da moradia, o acesso ao financiamento varia de 7,74% na classe AB a 1,69% na classe E, sendo este valor de 4,97% para a classe C (gráfico 2.11).

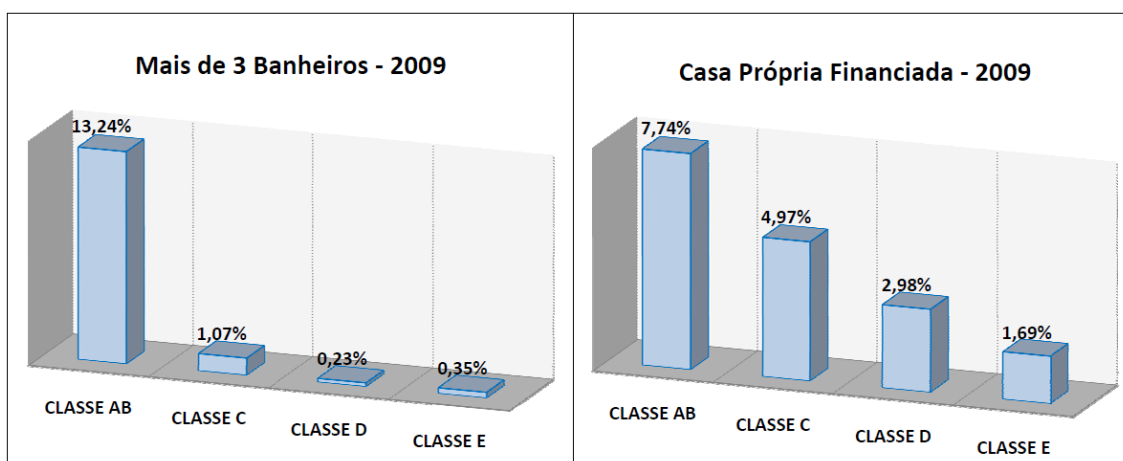


Gráfico 2.11 – Porcentagem da população com acesso a propriedades com mais de três banheiros e acesso a financiamento para moradia, por classes econômicas em 2009.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração: Neri (2010).

2.3.1 Despesas da classe média brasileira com consumo

No primeiro capítulo deste trabalho foi feita uma análise das despesas de consumo de acordo com a POF 2008-2009 para a população brasileira em geral e para as classes extremas de rendimento. Nessa seção essa análise será estendida para as classes intermediárias de rendimentos. A POF 2008-2009 divide a população em sete classes de rendimentos de acordo com o rendimento total e variação patrimonial mensal familiar. Dos menores para os maiores rendimentos mensais familiares essas classes são: até R\$ 830 (inclusive sem rendimento); mais de R\$ 830 a R\$ 1.245; mais de R\$ 1.245 a R\$ 2.490; mais de R\$ 2.490 a R\$ 4.150, mais de R\$ 4.150 a R\$ 6.225; mais de R\$ 6.225 a R\$ 10.375 e por fim mais de R\$ 10.375. Cabe ressaltar que os resultados da POF 2008-2009 para a classe média não foram comparados com os resultados da POF 2002-2003 pelo fato desta não fazer a divisão da população em classes de rendimentos como a POF 2008-2009. A divisão feita na POF 2002-2003 para a análise das despesas de consumo é apenas entre as famílias 40% mais pobres e as 10% mais ricas.

De acordo com a definição de Neri (2010) a classe média está compreendida entre a faixa de rendimento domiciliar de R\$ 1.126 a R\$ 4.854. Portanto avaliando-se a divisão da POF 2008-2009 e seguindo a definição de Neri (2010) observa-se que a classe média está compreendida entre os intervalos mais de R\$ 830 a R\$ 1.245 e mais de R\$ 4.150 a R\$ 6.225. No

entanto, o comportamento das despesas de consumo para a classe média será analisado para os intervalos mais de R\$ 1.245 a R\$ 2.490 e mais de R\$ 2.490 a R\$ 4.150, pois dessa forma nos concentramos apenas na classe média, de modo que se fossem considerados os intervalos extremos seriam captadas características da classe baixa e da classe alta, o que não é o objetivo. Chamaremos o intervalo mais de R\$ 1.245 a R\$ 2.490 de grupo 1 e o intervalo mais de R\$ 2.490 a R\$ 4.150 de grupo 2.

Conforme observamos na tabela 2.5 as despesas correntes diminuem à medida que os rendimentos da classe média aumentam. Para o grupo 1 essas despesas são responsáveis por 95% das despesas totais, enquanto que para o grupo 2 correspondem a 92,9%. As despesas de consumo apresentam o mesmo comportamento, sendo responsáveis por 88,7% das despesas totais do grupo 1 e por 84,2% das despesas totais do grupo 2. As outras despesas correntes aumentam junto com os rendimentos da classe média, apresentando participação de 6,4% nos gastos totais do grupo 1 e de 8,7% para o grupo 2. Assim como as outras despesas correntes o aumento do ativo e a diminuição do passivo aumentam à medida que os rendimentos da classe média aumentam. O aumento do ativo corresponde a 3,2% das despesas totais do grupo 1 e a 4,9% das despesas do grupo 2. Já a diminuição do passivo responde por 1,8% das despesas do grupo 1 e 2,3% das despesas do grupo 2.

Tabela 2.5 – Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesa – Brasil – período 2008-2009.

Tipos de despesa	Até 830	Mais de 830 a 1.245	Mais de 1.245 a 2.490	Mais de 2.490 a 4.150	Mais de 4.150 a 6.225	Mais de 6.225 a 10.375	Mais de 10.375
Despesa total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Despesas correntes	96,9	96,4	95,0	92,9	90,0	92,0	87,1
De consumo	93,9	92,0	88,7	84,2	79,2	78,2	67,2
Outras	3,1	4,4	6,4	8,7	10,8	13,9	19,9
Aumento do Ativo	2,2	2,3	3,2	4,9	7,7	5,6	10,5
Diminuição do Passivo	0,9	1,3	1,8	2,3	2,3	2,4	2,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Elaboração: Própria.

No primeiro capítulo foi visto que as despesas com habitação são responsáveis pela maior porcentagem das despesas de consumo da população brasileira. Pela tabela 2.6 observa-se que o mesmo ocorre para a classe média

e que a participação das despesas com habitação nas despesas de consumo diminui à medida que o rendimento aumenta. Para o grupo 1 essas despesas representam 33,3% das despesas de consumo, enquanto que para o grupo 2 esse valor é de 30,2%. O principal responsável pela queda da participação das despesas de habitação à medida que o rendimento da classe média aumenta é o aluguel que passa de 15,6% das despesas de consumo do grupo 1 para 13,4% no grupo 2 (IBGE, 2010).

Tabela 2.6 – Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesa de consumo – Brasil – período 2008-2009.

Tipos de Despesa	Até 830	Mais de 830 a 1.245	Mais de 1.245 a 2.490	Mais de 2.490 a 4.150	Mais de 4.150 a 6.225	Mais de 6.225 a 10.375	Mais de 10.375
Alimentação	27,8	24,8	20,9	16,7	13,7	11,7	8,5
Habitação	37,2	36,5	33,3	30,2	27,6	25,1	22,8
Vestuário	5,4	5,2	5,3	5,0	4,2	4,0	3,2
Transporte	9,7	11,1	13,7	16,6	17,5	19,8	17,7
Higiene e cuidados pessoais	2,8	2,7	2,6	2,1	1,8	1,5	1,0
Assistência à saúde	5,5	6,0	6,1	5,9	5,7	6,1	5,6
Educação	0,9	1,2	1,6	2,4	3,0	4,0	2,9
Recreação e cultura	1,1	1,3	1,5	1,6	1,8	1,9	1,7
Fumo	0,9	0,8	0,7	0,5	0,3	0,2	0,2
Serviços pessoais	0,8	0,8	1,0	1,0	1,0	1,0	0,8
Despesas diversas	1,7	1,7	2,0	2,3	2,5	2,8	2,8
Total	93,9	92,0	88,7	84,2	79,2	78,2	67,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Elaboração: Própria.

De acordo com a tabela 2.6 as despesas com alimentação ocupam o segundo lugar nos gastos de consumo da classe média, de forma similar ao que foi visto no primeiro capítulo para a população brasileira. Para o grupo 1 as despesas com alimentação são responsáveis por 20,9% das despesas com consumo e para o grupo 2 respondem por 16,7% dos gastos de consumo. Portanto, a participação das despesas com alimentação nas despesas de consumo diminui com o aumento dos rendimentos da classe média.

As despesas com transporte são responsáveis por 13,7% das despesas de consumo do grupo 1 e por 16,6% dos gastos de consumo do grupo 2 e diferentemente das despesas de habitação e alimentação que perdem participação nas despesas de consumo à medida que os rendimentos da classe média aumentam, as despesas com transporte aumentam sua

participação nos gastos de consumo com o aumento dos rendimentos da classe média. Dentre os tipos de despesas de transporte o principal responsável pelo aumento da participação dessa despesa nos gastos de consumo das famílias de classe média é a aquisição de veículos que passa de 4,5% das despesas de consumo do grupo 1 para 6,5% das despesas de consumo do grupo 2 (IBGE, 2010).

Na tabela 2.7 observa-se que as despesas de consumo da classe média urbana perdem participação nas despesas totais conforme os rendimentos da classe aumentam. Para o grupo 1 as despesas de consumo são responsáveis por 88,7% das despesas totais e no grupo 2 por 84,1%. O mesmo ocorre para a classe média rural, sendo que para o grupo 1 as despesas de consumo representam 88,7% das despesas totais e para o grupo 2 85,9%, como pode ser visto na tabela 2.8.

Tabela 2.7 – Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesa de consumo – área urbana – período 2008-2009.

Tipos de Despesa	Até 830	Mais de 830 a 1.245	Mais de 1.245 a 2.490	Mais de 2.490 a 4.150	Mais de 4.150 a 6.225	Mais de 6.225 a 10.375	Mais de 10.375
Alimentação	26,0	23,8	20,3	16,4	13,6	11,7	8,5
Habitação	39,2	37,9	34,0	30,6	28,0	25,3	23,0
Vestuário	5,5	5,2	5,4	4,9	4,2	4,0	3,2
Transporte	8,8	10,6	13,3	16,2	17,2	19,5	17,5
Higiene e cuidados pessoais	2,8	2,7	2,6	2,1	1,8	1,5	1,0
Assistência à saúde	5,5	5,9	6,1	6,0	5,7	6,1	5,6
Educação	1,0	1,2	1,7	2,5	3,1	4,1	2,9
Recreação e cultura	1,2	1,4	1,6	1,7	1,8	1,9	1,7
Fumo	0,9	0,8	0,7	0,5	0,3	0,2	0,2
Serviços pessoais	0,8	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	0,8
Despesas diversas	1,9	1,7	2,0	2,3	2,5	2,8	2,7
Total	93,6	92,0	88,7	84,1	79,1	78,1	67,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Elaboração: Própria.

As despesas com habitação são responsáveis pela maior porcentagem das despesas de consumo tanto nas áreas urbanas como rurais, mas apresentam maior peso nas despesas de consumo da área urbana. Na área urbana as despesas com habitação são responsáveis por 34% das despesas de consumo do grupo 1 e por 30,6% no grupo 2. Já na área rural para o grupo 1 elas respondem por 28,4% das despesas totais e no grupo 2 por 24,2%. O item das despesas de habitação que mais perde participação de um grupo para

o outro é o aluguel passando de 15,9% das despesas totais do grupo 1 para 13,6% no grupo 2 na área urbana e de 13,3% para 10,2% na área rural (IBGE,2010).

Tabela 2.8 – Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesa de consumo – área rural – período 2008-2009.

Tipos de Despesa	Até 830	Mais de 830 a 1.245	Mais de 1.245 a 2.490	Mais de 2.490 a 4.150	Mais de 4.150 a 6.225	Mais de 6.225 a 10.375	Mais de 10.375
Alimentação	33,3	29,6	25,4	20,1	16,8	13,0	8,6
Habitação	31,4	30,0	28,4	24,2	20,5	20,0	18,7
Vestuário	5,4	5,3	5,0	5,3	4,8	4,5	2,7
Transporte	12,3	13,4	16,6	22,0	23,9	28,7	23,9
Higiene e cuidados pessoais	2,7	2,6	2,3	2,3	1,7	1,4	0,8
Assistência à saúde	5,3	6,6	5,9	5,5	5,7	4,4	5,0
Educação	0,6	0,8	0,9	1,4	1,8	1,9	2,1
Recreação e cultura	0,8	0,9	1,0	1,3	1,3	1,5	1,3
Fumo	0,9	0,8	0,6	0,5	0,3	0,2	0,1
Serviços pessoais	0,6	0,6	0,6	0,7	0,6	0,7	0,5
Despesas diversas	1,4	1,7	2,0	2,6	2,8	3,9	4,9
Total	94,6	92,3	88,7	85,9	80,1	80,2	68,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Elaboração: Própria.

Assim como as despesas de habitação, as despesas com alimentação perdem participação nas despesas de consumo com o aumento dos rendimentos da classe média urbana. No grupo 1 essas despesas têm participação de 20,3% enquanto que no grupo 2 de 16,4%. Esse comportamento também é observado na classe média rural, mas com os patamares se mantendo em um nível mais elevado. As despesas com alimentação passam de 25,4% das despesas totais do grupo 1, para 20,1% no grupo 2.

Por fim, as despesas de transporte ganham participação nas despesas de consumo com o aumento dos rendimentos tanto da classe média urbana como da classe média rural. Para a classe média urbana essa despesa aumenta 2,9 pontos percentuais do grupo 1 para o grupo 2, enquanto que na área rural esse aumento é de 5,4%. A despesa de transporte que mais ganha participação à medida que os rendimentos aumentam é a aquisição de veículos, que passa de 6,6% das despesas totais do grupo 1 para 9,8% para o grupo 2 na classe média urbana. Na classe média rural esse item passa de

4,2% dos gastos totais de consumo do grupo 1 para 6,3% dos gastos totais do grupo 2 (IBGE,2010).

Capítulo 3 – ENDIVIDAMENTO DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA

Nos capítulos anteriores abordamos o consumo da classe média brasileira e neste capítulo pretendemos ver os efeitos do aumento do consumo sobre a situação financeira das pessoas da classe média, observando se a classe média brasileira atual se encontra pouco ou muito endividada e quais as razões desse endividamento. Na primeira seção é apresentada uma breve descrição da recente expansão do mercado de crédito brasileiro. Na seção seguinte descrevemos o endividamento da população brasileira se baseando em duas pesquisas, uma realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a outra pela Confederação Nacional do Comércio (CNC). Por fim, na terceira seção observamos o comportamento do endividamento da classe média brasileira, por meio de uma terceira pesquisa, realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e apontamos alguns argumentos que justificam que a causa do endividamento da classe média pode não ser a causa apontada pela pesquisa. Devido à dificuldade para encontrarmos dados sobre o endividamento na classe média brasileira não foi possível comparar o endividamento dessa classe diretamente com o período da POF 2008 – 2009, já que as pesquisas que encontramos sobre endividamento começaram a ser publicadas a partir de 2010.

3.1 EXPANSÃO DO CRÉDITO

O acesso ao crédito tem se tornado mais fácil para os brasileiros nos últimos anos, inclusive para a população de baixa renda, e em consequência o consumo também se torna mais acessível. O processo de tomada de crédito desburocratizou e se disseminou, deixando de ser um serviço exclusivo de instituições bancárias, podendo se ter acesso ao crédito em lojas, supermercados, na internet, etc. De acordo com Slomp (2008) as principais modalidades de crédito que tornam o consumo mais acessível para a população de renda mais baixa são o crédito consignado e o financiamento para aquisição de bens.

Os serviços de crédito são diversos e, cada vez mais, aumentam em número e modalidades no mercado de consumo. Cheque especial, cartão de

crédito, empréstimo pessoal, crédito direto ao consumidor (CDC), crédito consignado, crédito habitacional e *leasing* são alguns exemplos das diversas modalidades de crédito disponíveis ao consumidor.

De acordo com dados do Banco Central do Brasil (BCB) (2008) as operações de crédito do sistema financeiro vêm apresentando crescimento expressivo desde 2003. Em dezembro de 2003 a relação entre o volume total dos empréstimos e o PIB era de 24%, em junho de 2008 esse valor subiu para 36,6% e em novembro de 2013 chegou a 55,6%. A evolução das operações de crédito está ligada à flexibilização da política monetária, decorrente da estabilidade do cenário macroeconômico, no qual a redução das incertezas dos agentes econômicos proporcionou um ambiente favorável à expansão da oferta e da demanda agregada (BCB, 2008).

O crédito a pessoas físicas, que é o segmento do mercado de crédito em foco na nossa análise, revelou-se um importante instrumento para a sustentação do nível de atividade econômica, dinamizando a demanda interna via ampliação do consumo das famílias. Segundo o BCB (2008), a evolução temporal do estoque de empréstimos e financiamento a pessoas físicas e do consumo das famílias demonstra que a expansão do crédito tem sido determinante para a sustentação do consumo.

Ao final do ano de 2003 as operações de crédito do sistema financeiro destinadas a pessoas físicas totalizaram R\$ 159,3 bilhões. Essas operações aumentaram de 9,4% do PIB, ao final de 2003, para 24,8% em abril de 2013, trajetória relevante para a consolidação do mercado interno do país. A evolução do crédito total e do crédito às famílias como porcentagem do PIB pode ser vista no gráfico 3.1 (BCB, 2013).

De 2004 a 2008 ocorreu significativa expansão do crédito para consumo e aquisição de bens duráveis (gráfico 3.2), condicionada por fatores econômicos e institucionais. A estabilidade macroeconômica permitiu a redução das taxas de juros, com a taxa média de juros prefixada do crédito referencial para pessoa física passando de 66,6% a.a. em 2003 para 43,9% a.a. em dezembro de 2007. O aumento dos níveis de emprego e de renda e os avanços institucionais permitiram a consolidação de modalidades com prazos mais longos e taxas mais reduzidas, em ambiente de expansão da oferta de crédito com manutenção da solidez do sistema financeiro. O desempenho dos

financiamentos para aquisição de bens duráveis foi influenciado pelas parcerias formalizadas entre o sistema financeiro e as redes de comércio varejista, que permitiram a ampliação do acesso ao crédito pela população de menor renda (BCB, 2013).

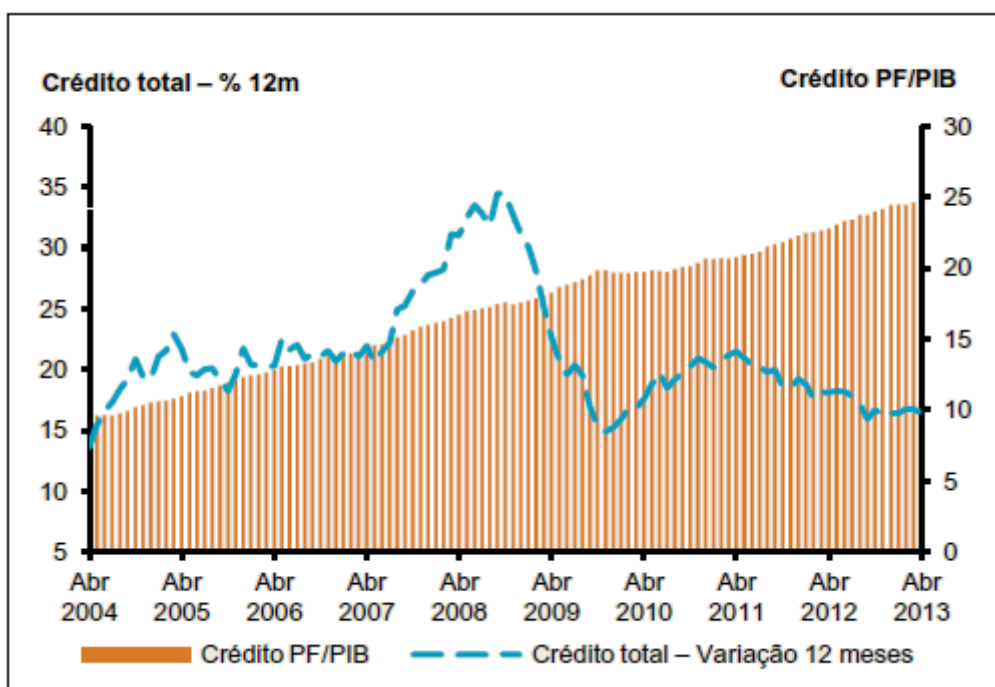


Gráfico 3.1 – Crédito total e crédito às famílias/PIB.

Fonte: Banco Central do Brasil (2013).

Elaboração: Banco Central do Brasil (2013).

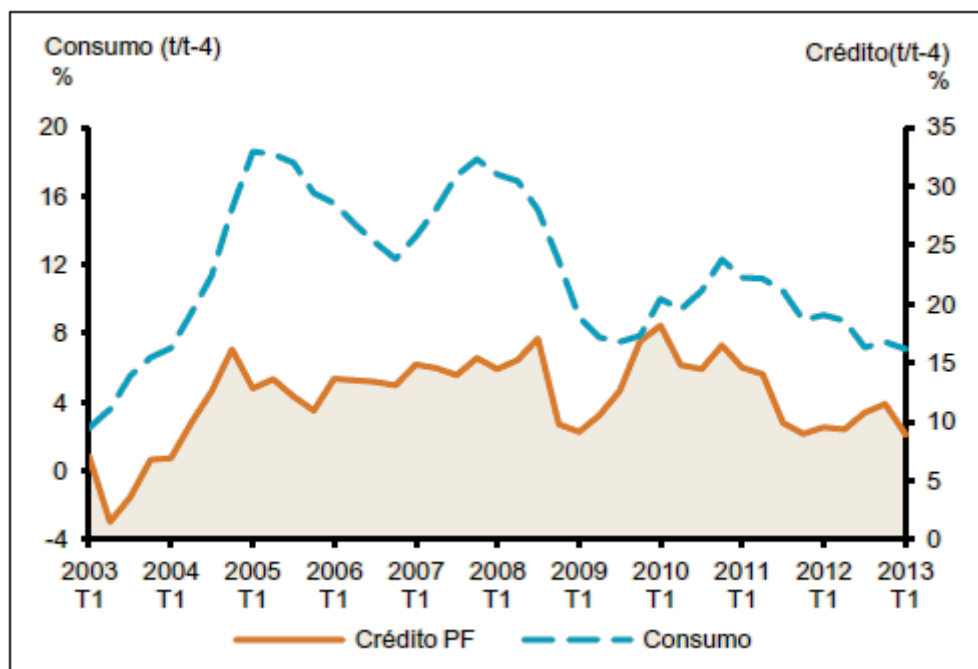


Gráfico 3.2 – Crédito e consumo das famílias.

Fonte: Banco Central do Brasil (2013).

Elaboração: Banco Central do Brasil (2013).

Por meio do gráfico 3.3 observamos a evolução da composição da carteira de crédito das pessoas físicas. Do final de 2003 ao final de 2008, ocorreram aumentos acentuados nas participações das modalidades de crédito consignado, de 6% para 14,8% e aquisição de veículos (incluindo operações de *leasing*) de 19,9% para 26,1%. A expansão do crédito consignado foi estimulada pela lei nº 10.820/2003 a qual regulamentou o desconto em folha de prestações de dívidas contraídas com o sistema financeiro. A evolução da modalidade de crédito para aquisição de veículos foi influenciada pelo aumento de 9,6 pontos percentuais na participação das operações de *leasing*, atribuído principalmente à inexistência da cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e ao reconhecimento, em 2003, da legalidade do parcelamento do Valor Residual Garantido. As modalidades cheque especial e crédito pessoal não consignado perderam participação no período caindo 2,8 e 3,1 pontos percentuais, respectivamente.

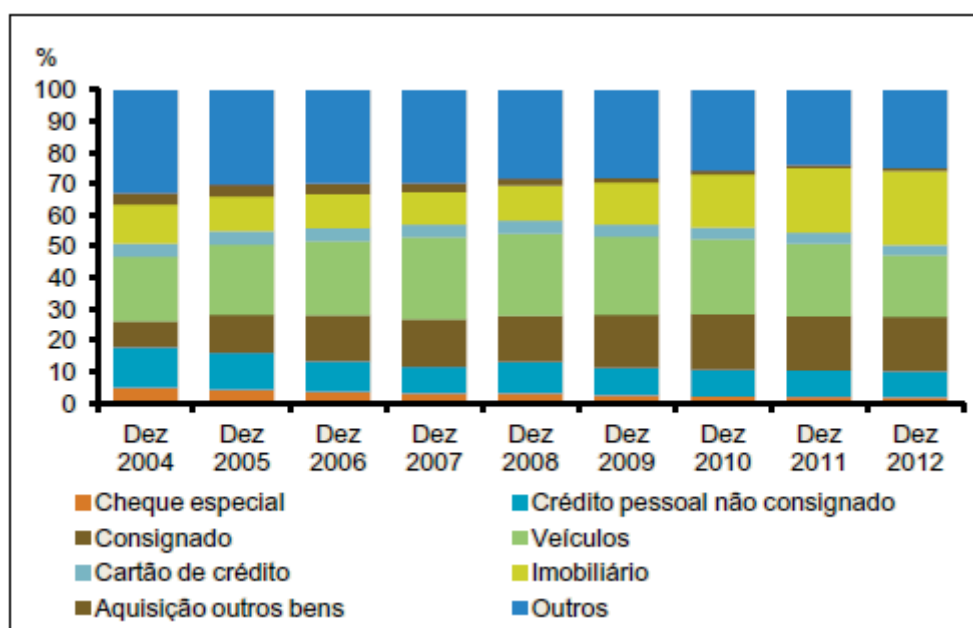


Gráfico 3.3 – Composição das dívidas bancárias das famílias.
 Fonte: Banco Central do Brasil (2013).
 Elaboração: Banco Central do Brasil (2013).

Embora a participação da modalidade crédito imobiliário tenha registrado relativa estabilidade entre o final de 2003 e o final de 2008, o aprimoramento do arcabouço jurídico do segmento e do setor da construção civil favoreceu a expansão sustentada desses financiamentos nos anos seguintes. Segundo dados do BCB (2010) o volume das operações de crédito habitacional às

famílias aumentou 327% entre julho de 2005 e julho de 2010, atingindo R\$116 bilhões. Em conjunto com o desempenho do crédito habitacional às famílias, a evolução dos financiamentos destinados a empresas dos segmentos de incorporação e de construção de edifícios corrobora o dinamismo do mercado imobiliário.

Dentre as medidas implantadas que impulsionaram a expansão recente dos financiamentos habitacionais, ocorreram desonerações tributárias no setor da construção civil e a possibilidade de concessão dos financiamentos habitacionais com desconto de prestações em folha de pagamento. Além dessas medidas, assinala-se a implementação do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) em 2009, que incentiva a produção de novas unidades habitacionais destinadas a famílias com renda de até dez salários mínimos, com aporte de recursos do orçamento da União e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Nos últimos meses de 2008, a conjuntura macroeconômica foi influenciada pelos desdobramentos da crise financeira internacional, o que resultou em ações de política econômica visando assegurar as condições adequadas de liquidez. Nesse cenário, persistiu a trajetória crescente do crédito no segmento de pessoas físicas, que atingiu 24,8% do PIB em abril de 2013, ante 17,6% do PIB em dezembro de 2008. Nesse período destacaram-se os aumentos nas participações das modalidades crédito consignado, de 15% para 18%, e crédito imobiliário, de 10,2% para 25%, esse beneficiado pelo impacto da estabilidade macroeconômica sobre as decisões de longo prazo das famílias.

Refletindo, em parte, o aumento da demanda pelas modalidades acima, a parcela dos financiamentos para aquisição de bens duráveis recuou, de 29,2% para 19,3%, com ênfase na redução, de 26,8% para 18,3%, na modalidade aquisição de veículos. Também decresceram as participações das modalidades cheque especial, de 3% para 1,9%; cartão de crédito financiado, de 4,1% para 3,2%; e crédito pessoal exclusive consignado, de 10,2% para 8,4%.

Do final de 2003 a abril de 2013, pelo lado da oferta de recursos, a expansão do crédito ocorreu notadamente nos níveis de risco mais reduzidos, como a participação do crédito de melhor qualidade, avaliado como de risco

normal, crescendo de 85,2% no final de 2003 para 91,1% em abril de 2013. No mesmo período, a representatividade dos empréstimos e financiamentos de risco mais elevado recuou de 4,9% para 4,1%.

A evolução dos níveis de comprometimento de renda e de endividamento (gráfico 3.4) indica que a elevação recente registrada nesses indicadores ocorreu em contexto de melhora na qualidade do *portfólio* da dívida bancária das famílias (BCB, 2013).

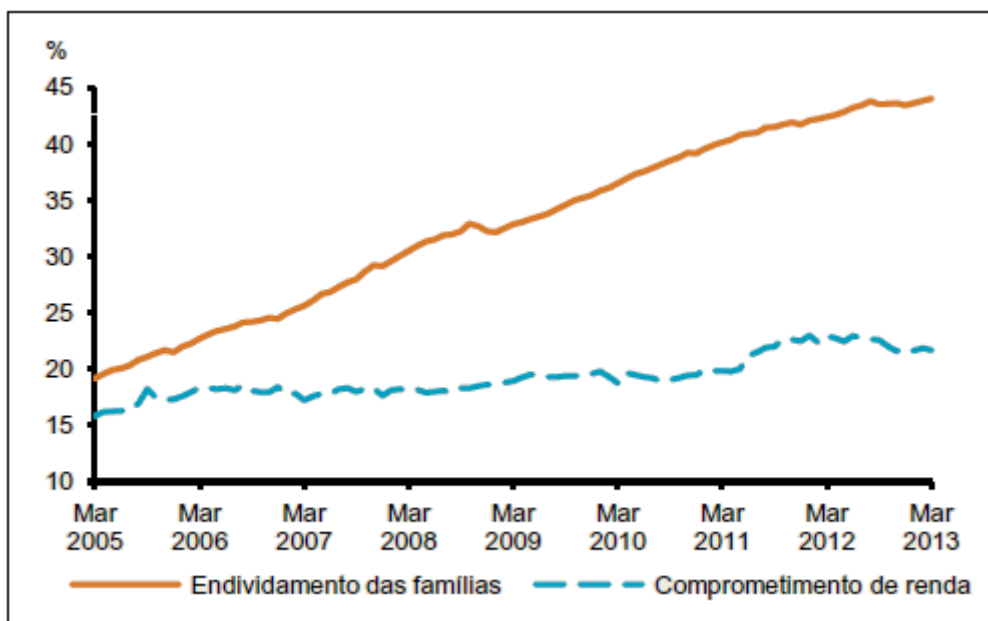


Gráfico 3.4 – Endividamento e comprometimento da renda
Fonte: Banco Central do Brasil (2013).
Elaboração: Banco Central do Brasil (2013).

3.2 ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Apesar de viabilizar o consumo, o crédito também tem seu lado ruim. Ele compromete a renda de quem o toma, podendo levar a uma situação de endividamento. De acordo com Slomp (2008) o endividamento é um reflexo da sociedade de consumo e caracteriza-se como um problema de ordem social e não individual, já que afeta consumidores e fornecedores.

Nas compras efetuadas por meio do crédito, o consumidor compromete sua renda sem imaginar que uma situação inesperada, que demande dispêndio monetário ou interrupção do recebimento de renda, possa ocorrer e como sua renda já está comprometida esta situação resultará em endividamento. Os gastos a mais aparecem e a dívida em decorrência do crédito tomado continua

vencendo e como a pessoa está sem condições de pagá-la os encargos por atraso começam a incidir, tornando a dívida maior ainda.

O endividamento também reflete a falta de informação ou ainda de reflexão na hora da aquisição pelo consumidor, que acaba atendendo a apelos publicitários e firmando contratos de empréstimos, por impulso, sem observar as regras contratuais e assim desconhecendo os riscos e os custos da contratação de um serviço de crédito.

Atualmente é comum encontrar pessoas endividadas, já que vivemos em uma sociedade consumista e com fácil acesso ao crédito. O endividamento passa a ser visto por uma ótica diferente, se antes causava vergonha e angústia à maioria das pessoas, hoje podemos encontrar até mesmo a situação oposta, pessoas que chegam a se vangloriar do alto volume de dívidas, já que adquiriram algum patrimônio por meio dessas. A existência de benevolência no que diz respeito à renegociação de dívidas em alguns casos, já que para o credor é melhor receber parte do montante da dívida do que correr o risco de não receber nada; o nome sujo que vigora por cinco anos, sendo automaticamente limpo depois disso; a morosidade da Justiça para fazer pagar o devedor e a corrente aceitação social da inadimplência, são alguns exemplos que fazem com que se enxergue o endividamento como algo comum na atualidade.

Quando as pessoas se veem diante da perspectiva de se endividar é comum que deem preferência à ideia do crédito e, portanto, quando uma pessoa realiza um empréstimo dá destaque à situação de disponibilidade de dinheiro sem menção mais explícita ao que se segue com o empréstimo, ou seja, o pagamento do dinheiro tomado e dos juros (FERREIRA, 2008).

Endividar-se implica em não poupar, o que representa uma clara situação de escolha intertemporal. Na visão da Economia Comportamental, ao pensar em se endividar estaremos diante de duas situações; ou buscar a satisfação de um desejo por meio de gratificação imediata, sem levar em consideração seus custos e suas consequências, ou ser capaz de adiar essa gratificação e tolerar os sentimentos gerados pela experiência da frustração (FERREIRA, 2008).

As teorias econômicas tradicionais sugerem que as pessoas se endividam em alguns períodos da vida porque possuem expectativas racionais

de renda futura mais alta, conforme visto no capítulo 1. Isto não é o que se observa na prática, quando encontramos irracionalidades tais como erros de avaliação do custo do crédito ao se dar mais atenção ao valor das prestações do que ao custo total. O consumidor muitas vezes calcula apenas se a parcela cabe no seu orçamento e se couber ele realiza a compra sem se dar conta de que utiliza o mesmo raciocínio, simultaneamente, para diversas outras compras financiadas, comprometendo, dessa forma, seu rendimento com prestações que poderá ter dificuldade para pagar.

Em muitos dos casos de endividamento o problema é de natureza econômica. São famílias ou indivíduos que têm renda baixa, ou estão mergulhados em situações complicadas, como por exemplo, um maior número de filhos, emprego precário ou desemprego, e acabam se endividando para poder satisfazer suas necessidades. Porém, elementos que vão além do contexto econômico, como uma maior ou menor competência para administrar o próprio dinheiro, também contribuem para causar uma situação de endividamento (FERREIRA, 2008).

A comparação social é outro fator que pode levar a uma situação de endividamento. É comum que os indivíduos tomem um grupo como referência, isto é, um grupo profissional ou social, por exemplo, a que se sente pertencer e, como decorrência, cujos padrões de consumo tende a adotar. Se o grupo de referência do indivíduo tiver padrões de gastos muito acima do que ele pode arcar, poderá exercer uma pressão no sentido do indivíduo tentar equiparar-se àquele modelo, independentemente da viabilidade econômica desse desejo, o que pode levá-lo a incorrer em dívidas para se manter nos padrões do seu grupo de referência.

A diferença entre aquilo que por uns é considerado luxo e por outros necessidade, a urgência frente a determinadas aquisições, que para outros poderiam ser facilmente postergadas, além da própria distinção entre necessidade e desejo, são exemplos de outros fatores que podem levar as pessoas a uma situação de endividamento. A ideia de horizonte temporal individual também pode fazer com que uma pessoa acumule dívidas, já que a pessoa contrai uma dívida hoje, acreditando que no futuro diminuirá seus gastos para pagar essa dívida, mas sempre adia essa redução.

De acordo com Slomp (2008) existe o superendividamento ativo e o superendividamento passivo. O ativo é decorrente exclusivamente da conduta do consumidor que adquire produtos e contrata serviços em valores que superam sua renda, entrando em estado de insolvência. Aqui estariam incluídos os consumidores compulsivos ou ainda aqueles que recorrem ao crédito para sustentar um *status* superior ao que os seus recursos permitem. Já o passivo tem causa no advento de uma situação inesperada que incorre em gastos não calculados, como doenças e acidentes, ou suspende abruptamente a obtenção de renda, por exemplo, em caso de desemprego.

De acordo com Ferreira (2008) o quadro de endividamento se apresenta de forma mais acentuada no Brasil do que em países ricos, uma vez que se deve, na maior parte dos casos, a dívidas incorridas em função de insuficiência de renda e pobreza extrema. Ainda de acordo com a autora, quando se considera o problema do endividamento a concentração é maior entre populações de renda mais baixa, as quais enfrentam maiores imposições de gastos necessários.

A pesquisa “Retratos da Sociedade Brasileira: Hábitos de Consumo e Endividamento” publicada em novembro de 2012 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) juntamente com o IBOPE, que entrevistou 2.002 pessoas em 141 municípios brasileiros e que apresenta intervalo de confiança estimado de 95% e margem de erro máxima estimada de 2 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra, aponta que a proporção de endividados é maior nas faixas superiores de renda familiar. Dentre os entrevistados com renda familiar superior a 10 salários mínimos 45% estavam endividados, e dentre os com renda familiar entre 5 e 10 salários mínimos 48% estavam endividados. Já para os com renda familiar de até um salário mínimo e entre 1 e 2 salários mínimos os percentuais de endividados eram 39% e 37%, respectivamente. Essa pesquisa aponta que 41% dos brasileiros afirmaram estar endividados, ou seja, está pagando algum tipo de parcelamento de compra, empréstimo ou financiamento. Quando se considera a situação onde outro familiar que mora na mesma residência tem dívidas, esse percentual sobe para 55%. Dos entrevistados, 22% disseram estar no limite do endividamento.

A pesquisa realizada pela CNI (2012) observou que a região Sudeste concentra o maior percentual de endividados, 45% dos entrevistados residentes na região, e a região Sul é a que apresenta o menor percentual, 30% dos residentes da região se declararam endividados.

De acordo com a pesquisa, as compras de bens de consumo duráveis são o principal motivo do endividamento dos brasileiros. Dentre os brasileiros endividados, 41% disseram estar comprometidos com o pagamento de bens de consumo duráveis. O motivo que aparece em segundo lugar, com 21% das respostas, é a compra de veículos. Já as despesas com viagens e eventos sociais, como casamentos, aniversários e sepultamentos, foram as razões para se endividar que receberam o menor percentual de respostas, ambas com 2%.

A pesquisa observou que a maioria dos endividados tem o banco como credor; 41% dos endividados afirmaram estar devendo ao banco. As lojas que venderam os produtos ocupam o segundo lugar, com 31% das respostas e o cartão de crédito vem em seguida, com 29%. Entre as mulheres, 32% afirmaram estar devendo ao cartão de crédito, ante 25% dos homens. A região Nordeste foi a que apresentou o maior percentual de residentes com dívida no cartão de crédito, 36%, enquanto que a região Sul apresentou o menor percentual, 10%.

Grande parte da população endividada relatou ter dificuldades para pagar suas dívidas. Entre os entrevistados, 15% afirmaram que, considerando sua renda atual, é muito difícil pagar suas dívidas e 28% afirmaram que é difícil. A capacidade de pagamento foi apontada como fácil por 13% dos entrevistados, e apenas 1% afirmou que é muito fácil quitar suas dívidas. Os brasileiros com renda familiar mais baixa têm maior dificuldade para pagar suas dívidas. Para os entrevistados com renda familiar acima de 10 salários mínimos, 27% consideram difícil ou muito difícil pagar suas dívidas. No caso dos entrevistados com renda familiar de até um salário mínimo, esse percentual sobe para 60% das respostas, sendo que 27% dos entrevistados marcaram a opção muito difícil.

Dentre os endividados, 38% afirmaram ter pagamentos, prestações ou carnês em atraso, sendo que a maior parte desses atrasos se deveu a prestações de bens de consumo atrasadas (53%). As regiões Norte e Centro-Oeste concentraram o maior percentual de endividados com contas em atraso,

47%, enquanto que a região Sul apresentou o menor percentual, 28%. A população com renda familiar mais baixa é a que possui mais pagamentos e prestações em atraso; entre a população que recebe até um salário mínimo 51% afirmaram ter contas em atraso, ante 24% dos entrevistados com renda familiar acima de 10 salários mínimos. A pesquisa observou que os brasileiros tinham mais pagamentos em atraso em 2012 do que em 2011; 55% dos brasileiros afirmaram ter mais prestações e pagamentos em atraso em 2012 do que em 2011, sendo que desses, 13% não tinham dívidas em atraso em 2011.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) também publica pesquisa sobre as características do endividamento da população brasileira. A “Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor” (PEIC) é apurada mensalmente pela CNC desde janeiro de 2010. Os dados são coletados em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal, com cerca de 18.000 consumidores.

A PEIC divulgada em novembro de 2013 apontou que o percentual de famílias que relataram ter dívidas entre cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de seguro e seguro chegou a 63,2%, aumentando em relação aos 62,1% observados em outubro, como também em relação aos 59,0% observados em novembro de 2012 (gráfico 3.5).

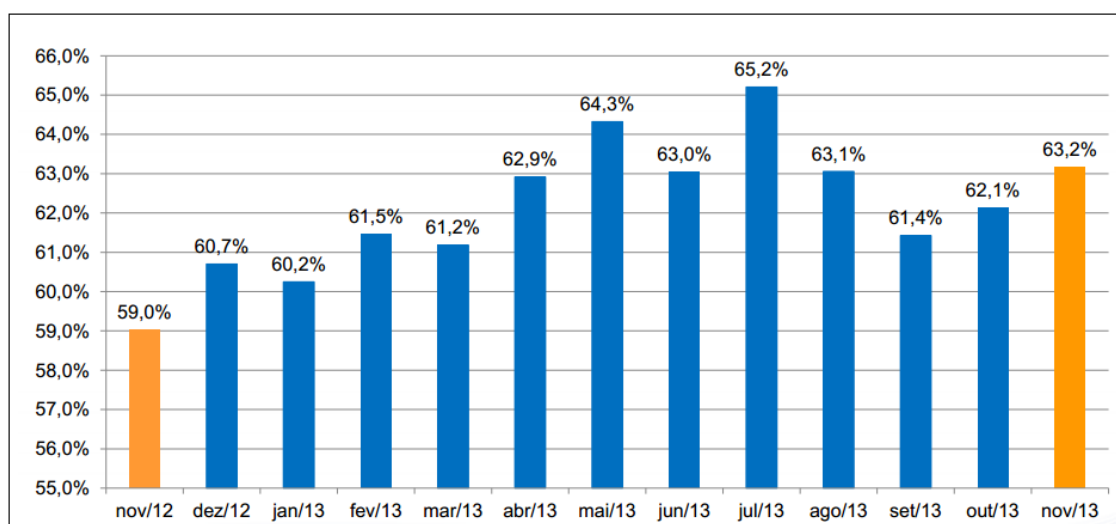


Gráfico 3.5 - Percentual de famílias endividadas entre novembro de 2012 e novembro de 2013.
 Fonte: PEIC (novembro, 2013).
 Elaboração: CNC (2013).

O aumento do número de famílias endividadas, na comparação com o mês de outubro, foi observado tanto para as famílias que ganham até dez salários mínimos como para as famílias que têm renda acima de 10 salários mínimos. Na comparação com o mês de novembro de 2012, também houve aumento em ambos os grupos de renda. Para as famílias que ganham até dez salários mínimos, o percentual de famílias endividadas foi de 65,2% em novembro de 2013, ante 64% em outubro de 2013 e 60,9% em novembro de 2012. Para as famílias com renda acima de dez salários mínimos 53,4% estavam endividadas em novembro de 2013. Em outubro do mesmo ano o percentual de famílias endividadas nesse grupo de renda foi de 53,1% e em novembro de 2012 era de 51,1%.

Apesar da elevação do percentual de famílias endividadas, o percentual de famílias com dívidas ou contas em atraso recuou na comparação mensal, passando de 21,6% em outubro para 21,2% do total em novembro. Esse resultado pode ter sido influenciado pelo efeito sazonal dos ganhos com o décimo terceiro salário. Já na comparação anual houve alta do percentual de famílias inadimplentes, sendo que em novembro de 2012 esse indicador alcançava 21,0% do total. O percentual de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso no próximo mês e que, portanto, permaneceriam inadimplentes, apresentou redução nas comparações mensal e anual, alcançando 6,6% em novembro de 2013, ante 7,3% em outubro de 2013 e 6,8% em novembro de 2012.

A queda do número de famílias com contas ou dívidas em atraso entre os meses de outubro e novembro de 2013 se deveu ao comportamento observado para a faixa de renda superior a dez salários mínimos que alcançou o percentual de 8,7% em novembro ante 12,3% em outubro. Na comparação anual, também se observou queda apenas para essa faixa de renda, que em novembro de 2012 apresentava 11,5% das famílias com contas ou dívidas em atraso. Já no grupo com renda até dez salários mínimos, esse percentual passou de 23,8% em outubro para 24,2% em novembro de 2013. Em novembro de 2012, 23,4% das famílias nessa faixa de renda haviam declarado ter contas em atraso.

O percentual de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas em atraso diminuiu tanto para o grupo com renda até dez salários

mínimos, como para o grupo com renda superior a dez salários mínimos. Para o grupo de menor renda, o percentual recuou de 8,4% em outubro para 7,8% em novembro de 2013. Em relação a novembro de 2012, houve redução de 0,1 ponto percentual. Na faixa de maior renda, o indicador de famílias sem condições de quitar seus débitos alcançou 2,2% em novembro de 2013, ante 3,1% em outubro e 2,9% em novembro de 2012.

Entre as famílias com contas ou dívidas em atraso, o tempo médio de atraso foi de 57,6 dias em novembro de 2013, abaixo dos 61,1 dias de novembro de 2012. A parcela média da renda comprometida com dívidas reduziu-se na comparação anual, passando de 30,2% para 29,1%. Das famílias com contas ou dívidas em atraso, 19,7% delas afirmaram ter mais da metade de sua renda mensal comprometida com pagamento de dívidas.

A proporção das famílias que se julgaram muito endividadas caiu entre os meses de outubro (12,6%) e novembro (12,1%) de 2013. Na comparação com novembro de 2012 o indicador se manteve constante. O fato dessa proporção ser pequena aponta que a maioria das famílias não enxerga seu grau de endividamento como um problema, o que permite que muitas ainda venham contrair dívidas, se a oferta de crédito assim permitir. Ainda na comparação entre novembro de 2012 e novembro de 2013, a parcela que declarou estar mais ou menos endividada passou de 19,6% para 22,9%, e a parcela pouco endividada passou de 27,4% para 28,1% do total dos endividados. Na comparação entre os meses de outubro e novembro de 2013 a proporção das famílias que se declararam mais ou menos endividadas passou de 23,3% para 22,9% e a parcela das famílias pouco endividadas passou de 26,2% para 28,1%.

O cartão de crédito foi apontado por 74,8% das famílias endividadas como um dos principais tipos de dívida em novembro de 2013, seguido por carnês (18,3%) e por financiamento de carro (12,6%). Para as famílias com renda até dez salários mínimos os principais tipos de dívida foram cartão de crédito (75,8%), carnês (19,7%) e financiamento de carro (9,8%). Já para famílias com renda acima de dez salários mínimos, os principais tipos de dívida apontados foram: cartão de crédito, para 70,4% das famílias endividadas, financiamento de carro, para 25,9%, e financiamento de casa, para 16,7%

(tabela 3.1).

Tabela 3.1 – Tipo de dívida.

Tipo de dívida (% de famílias)			
Novembro de 2013			
Tipo	Total	Renda familiar mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Cartão de crédito	74,8%	75,8%	70,4%
Cheque especial	5,7%	4,8%	8,9%
Cheque pré-datado	2,0%	1,9%	2,7%
Crédito consignado	5,2%	4,6%	7,6%
Crédito pessoal	9,8%	9,5%	10,8%
Carnês	18,3%	19,7%	11,4%
Financiamento de carro	12,6%	9,8%	25,9%
Financiamento de casa	7,2%	5,0%	16,7%
Outras dívidas	2,4%	2,7%	1,0%
Não sabe	0,2%	0,2%	0,2%
Não respondeu	0,3%	0,3%	0,2%

Fonte: PEIC (novembro, 2013).

Elaboração: CNC (2013).

Ambas as pesquisas apontam que parte considerável da população brasileira está endividada, e que o percentual de famílias inadimplentes também é alto. Também vale resaltar que as duas pesquisas apontam a compra de veículos e o cartão de crédito como razões importantes para conduzir as pessoas a uma situação de endividamento. É interessante notar que para a pesquisa da CNI foi observado que a proporção de endividados é maior nas faixas superiores de renda familiar. Já a pesquisa da CNC aponta que o endividamento é maior nas famílias que ganham menos de 10 salários mínimos. Alguns dos motivos que podem ter causado esta diferença é o número de consumidores entrevistados, que é bem maior na pesquisa da CNC e também a diferença na divisão das faixas de renda, já que a pesquisa da CNC compara apenas dois grupos, os com renda superior a 10 salários mínimos e os com renda até 10 salários mínimos, enquanto que a pesquisa da CNI vai além, dividindo a população em quatro grupos de acordo com o salário mínimo.

3.3 ENDIVIDAMENTO DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA

A literatura sobre endividamento na classe média brasileira é mais restrita que a literatura sobre o endividamento da população brasileira de maneira geral e devido à falta de dados a nossa análise não pode ser estendida para muitos anos, inclusive não foi possível encontrar dados sobre o endividamento da classe média brasileira entre 2008 e 2009, para que pudesse ser feita uma comparação com o consumo relatado na POF 2008-2009. Portanto, apesar de termos poucos dados, o objetivo desta seção é mostrar algumas características da população endividada na classe média brasileira e destacar qual a despesa responsável por essa situação de endividamento e inadimplência. Isso será feito por meio da análise das estatísticas encontradas na pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) em conjunto com o Sistema de Proteção ao Crédito Brasil (SPC) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A CNDL, o SPC e a UFMG divulgaram em outubro de 2012 a pesquisa “Como o consumidor brasileiro paga as contas” com o objetivo de avaliar o perfil dos brasileiros adimplentes e inadimplentes. O público alvo da pesquisa são consumidores de todas as capitais do Brasil e a metodologia adotada foi a de plano amostral. A pesquisa tomou como fonte para desenhar seu plano amostral o total da população economicamente ativa (PEA) por município, disponibilizado pelo IBGE. A alocação para cada capital foi proporcional ao tamanho da PEA e a coleta foi realizada aleatoriamente.

Os adimplentes são aqueles que pagam regularmente suas compras, não possuem conta em atraso há mais de 90 dias e dificilmente têm seu nome negativado nos sistemas de proteção ao crédito. Para esse perfil foram ouvidas 668 pessoas em todo o país com margem de erro de 3,8% a um intervalo de confiança de 95%. Os inadimplentes são aqueles que não pagam regularmente suas compras, possuem alguma conta em atraso por mais de 90 dias e, possivelmente, têm seu nome negativado nos sistemas de proteção ao crédito. Para esse perfil foram ouvidas 609 pessoas em todo o país com margem de erro de 4,0% a um intervalo de confiança de 95%.

A pesquisa separou a população em estratos de renda de acordo com a renda familiar mensal. Essa divisão pode ser vista na tabela 3.2. Os resultados

obtidos pela pesquisa para a classe C são apresentados em conjunto com os resultados obtidos para a classe D. O mesmo ocorre para as classes A e B. Cabe resaltar que devido ao fato de os resultados da classe C não serem apresentados separadamente, mas sim em conjunto com os da classe D, pode haver um viés nas respostas, puxado pelas pessoas pertencentes à classe D, as quais têm uma renda familiar inferior à classe C.

Tabela 3.2 – Classes econômicas de acordo com a renda familiar mensal.

Classes Econômicas	Renda Familiar Mensal
Classe E	Até R\$ 600
Classe D	De R\$ 601 a R\$ 905
Classe C2	De R\$ 906 a R\$ 1.375
Classe C1	De R\$ 1.376 a R\$ 2.200
Classe B2	De R\$ 2.201 a R\$ 3.825
Classe B1	De R\$ 3.826 a R\$ 7.000
Classe A2	De R\$ 7.001 a R\$ 11.100
Classe A1	Mais de R\$ 11.100

Fonte: CNDL, SPC e UFMG (2012).

Elaboração: Própria.

Para o perfil dos consumidores adimplentes, 63% das pessoas entrevistadas eram mulheres e 37% eram homens. A faixa de idade que concentra a maior porcentagem de adimplentes é de 50 a 64 anos, com 28% dos entrevistados, seguido pela faixa de 35 a 49 anos, com 27%. A pesquisa dos inadimplentes teve 52% dos seus entrevistados do sexo feminino e 48% do sexo masculino. A maior porcentagem de inadimplentes é encontrada entre pessoas com idade de 35 a 40 anos, com 36% dos entrevistados. A faixa de 25 a 34 anos concentra 34% dos inadimplentes.

Na classe CD, 68% dos adimplentes entrevistados eram mulheres e 32% homens. Já para os inadimplentes 54% eram do sexo feminino e 46% do sexo masculino. A maior parte dos adimplentes da classe CD tem entre 50 e 64 anos (28%), enquanto que a maior parte dos inadimplentes tem entre 35 e 49 anos (36%). A faixa de idade de pessoas com 65 anos ou mais é a que registra o menor percentual de inadimplentes da classe CD, 2%.

A maior porcentagem de inadimplentes foi encontrada na classe C1 (28%), seguida pela classe B2, onde se concentram 22% dos inadimplentes. A classe C2 ocupa o terceiro lugar com 19% dos inadimplentes. A maior parte

dos inadimplentes da classe CD estão empregados há mais de 5 anos (27%), são casados ou vivem em união estável (51%) e compartilham a responsabilidade do pagamento das contas com outros moradores da residência (60%).

Entre os inadimplentes da classe CD, 49% das pessoas possuem apenas uma conta vencida há mais de 90 dias. Apenas 7% das pessoas têm mais de cinco contas vencidas há mais de 90 dias. Roupas e calçados foram apontados por 65% dos inadimplentes da classe CD como os produtos comprados que os levaram a ter conta em atraso, conforme o gráfico 3.6. A falta de controle financeiro foi alegada por 32% das pessoas como principal motivo para a impossibilidade de pagamento dessas contas em atraso. O desemprego foi apontado por 24% dos entrevistados como o principal motivo. Para 24% dos inadimplentes da classe CD o valor total na soma de todas as contas que estão atrasadas é de R\$ 1.000 a R\$ 1.999. Para 21% dos entrevistados é de R\$ 500 a R\$ 999.

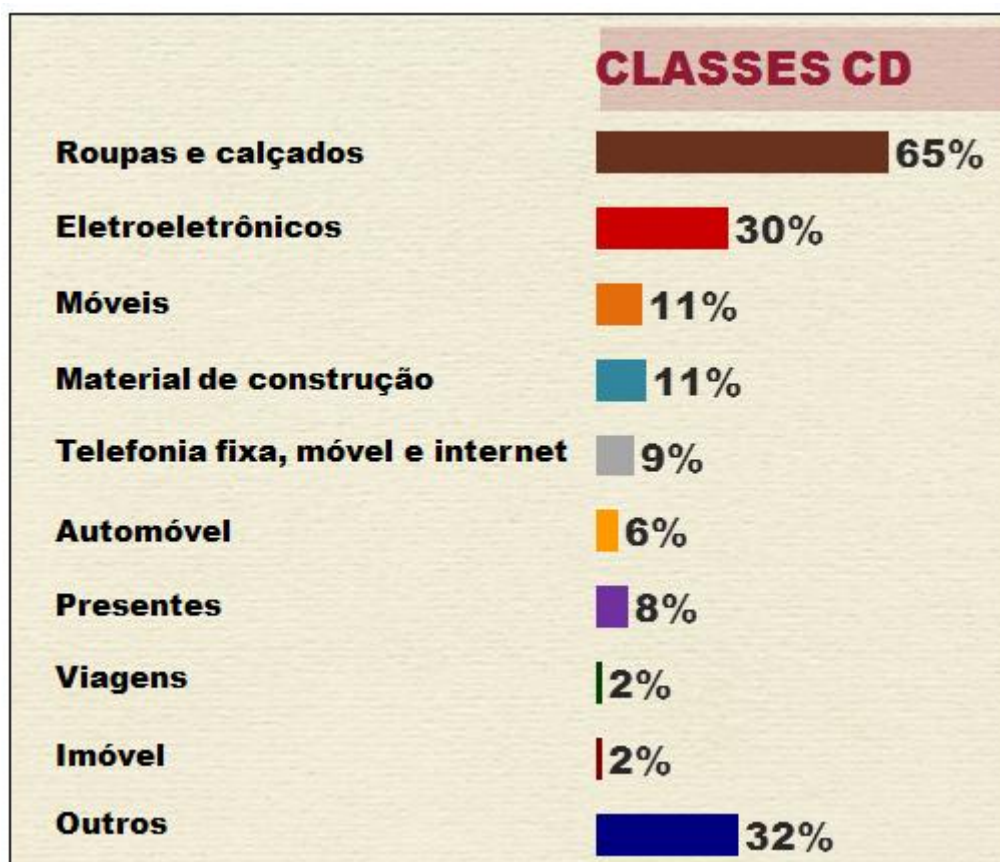


Gráfico 3.6 – Serviço ou produto comprado que resultou em conta em atraso.
Fonte: CNDL, SPC e UFMG (2012).
Elaboração: Própria.

Mais de 50% dos inadimplentes da classe CD relataram que teriam dificuldades para quitar suas dívidas. Para 24% das pessoas seria muito difícil realizar o pagamento das contas em atraso, dos financiamentos ou dos parcelamentos e para 31% seria difícil. Apenas 12% dos inadimplentes da classe CD disseram ter facilidade para realizar a quitação dessas dívidas.

Grande parte dos inadimplentes da classe CD têm condições de quitar as contas em atraso, 41% das pessoas têm capacidade total e 52% têm capacidade parcial. Apenas 6% não têm condições de quitar suas contas atrasadas. Dentre os inadimplentes da classe CD, 61% pretendem quitar as contas em atraso no momento. Entre os que não pretendem quitar essas dívidas, não ter condições financeiras no momento foi a resposta dada por 66% das pessoas como o motivo pelo qual não pretende quitar a dívida. Quanto a forma de quitação, 84% das pessoas pretendem quitar as contas em atraso por meio de renegociação da dívida com o credor. Apenas 20% dos inadimplentes da classe CD pretendem realizar o pagamento das contas em atraso à vista, enquanto que os outros 80% realizarão o pagamento da dívida através de parcelamento. Os inadimplentes da classe CD pretendem economizar principalmente em lazer e em vestuário e calçados para saldar as contas em atraso. No gráfico 3.7 podemos observar o nível de comprometimento da renda média mensal dos inadimplentes da classe CD com o pagamento das contas em atraso.

Dos inadimplentes pertencentes à classe CD, 10% já estiveram impossibilitados de realizar compras, devido à inclusão do nome em serviços de proteção ao crédito, mas no momento da pesquisa já haviam saído dessa situação; 27% já estiveram nessa situação e também estavam no momento da pesquisa; 27% estavam nessa situação apenas no momento da pesquisa; 29% das pessoas nunca estiveram nessa situação e 7% optaram por não informar a pesquisa.

De acordo com a pesquisa descrita acima, a compra de roupas e calçados foi responsável pelas contas em atraso e, portanto, pelo endividamento da maior parte dos inadimplentes da classe CD. Analisando o cenário econômico atual, onde a estabilidade macroeconômica tem favorecido o desenvolvimento do segmento de mercado de crédito para operações de prazos mais longos e com menores riscos, podemos apontar alguns

argumentos que tornam essa informação questionável e que indicam a necessidade de novos estudos e pesquisas sobre o endividamento da classe média brasileira, que atualmente corresponde a mais de 50% da população do país.

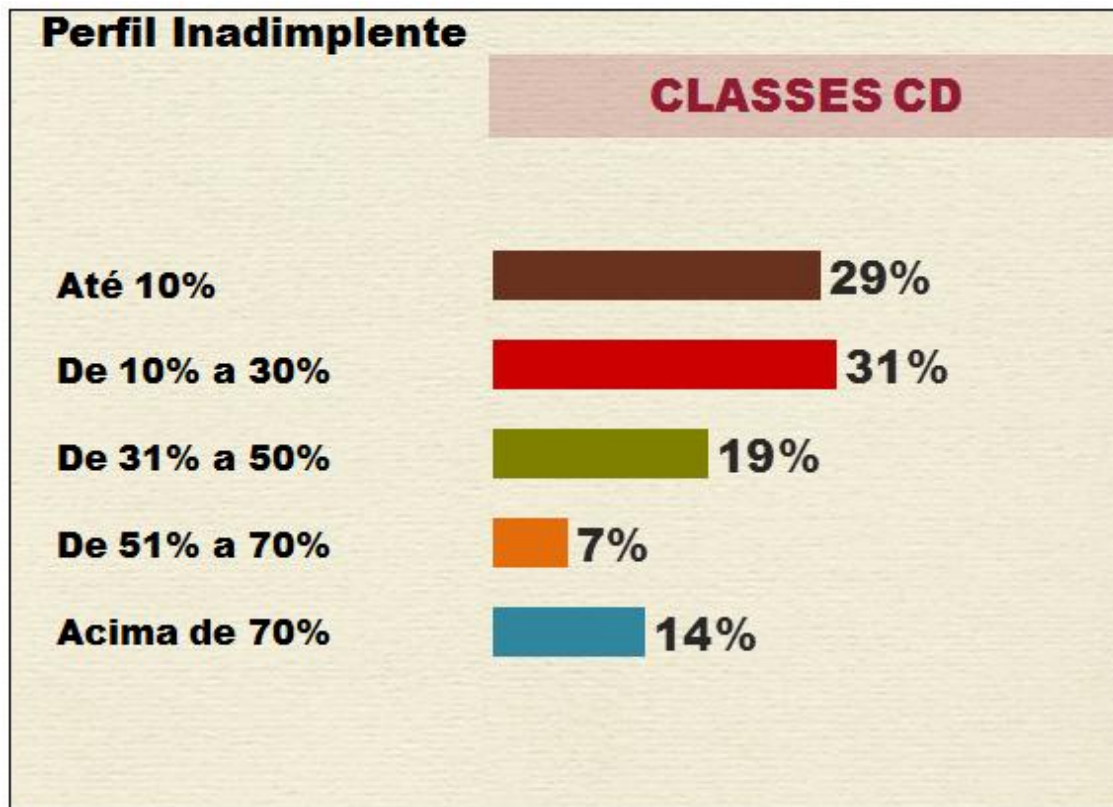


Gráfico 3.7 – Porcentagem da renda média mensal comprometida com o pagamento das contas em atraso.

Fonte: CNDL, SPC e UFMG (2012).

Elaboração: Própria.

Foi visto na POF 2008-2009 que as despesas com alimentação, habitação e transporte equivalem a 75,3% da despesa de consumo média mensal da população brasileira, enquanto que a despesa com vestuário, que engloba roupas e calçados corresponde a apenas 5,5% das despesas de consumo. Quando analisamos a POF 2008-2009 para a classe média, também observamos que as despesas com alimentação, habitação e transporte são responsáveis pela maior parte das despesas de consumo, enquanto que a despesa com vestuário responde por aproximadamente 5% das despesas de consumo dessa classe. Dessa forma, afirmar que uma despesa que tem pequena participação nas despesas de consumo é a principal causa do endividamento e da inadimplência da classe C se torna incoerente. O mais coerente seria que alguma das três despesas que respondem pela maior parte

das despesas de consumo da classe média fosse a responsável pelo seu endividamento.

As demais compras apontadas na pesquisa como causa do endividamento da classe CD podem ser vistas no gráfico 3.6. Dentre as compras listadas, eletroeletrônicos, móveis e telefonia fixa, móvel e internet pertencem à despesa de habitação, o que indica que essa despesa, que é a com maior participação nas despesas de consumo da classe média brasileira, também tem participação significativa nas causas do endividamento desta classe. Gastos com automóvel e viagem, que são despesas de transporte, também aparecem na lista das compras que levaram ao endividamento, assim como despesas com imóvel e material de construção, que são classificadas como aumento do ativo. Sendo assim, a maioria das compras alegadas como causa das contas em atraso pertence ou a despesa de habitação ou a despesa de transporte, o que indica que a causa do endividamento talvez não seja realmente compras de roupas e calçados.

As pessoas da classe média podem ter apontado roupas e calçados como a principal causa do endividamento devido ao fato de que a renda disponível não seria suficiente para pagar todas as suas despesas e, portanto as pessoas se preocuparam em pagar primeiro as compras e serviços mais essenciais, como alimentação, transporte, saúde, etc. e já que a renda não teria sido suficiente para pagar tudo, elas optaram por adiar o pagamento de despesas menos essenciais, como roupas e calçados, por exemplo. Esse argumento pode ser uma justificativa para o fato de que na lista das compras que causaram o endividamento, após os gastos com roupas e calçados, apareçam as despesas que têm maior participação nos gastos de consumo, que no caso foram as despesas de habitação e transporte.

A inflação dos alimentos e bebidas tem se mantido alta desde 2007, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE (tabela 3.3). Enquanto o índice geral de preços variou entre 4% e 6,5% de 2007 a 2013, a inflação de alimentação e bebidas variou entre 7% e 11%, com exceção do ano de 2009, onde esse valor foi de 3,18%, e assim, enquanto a inflação do período foi de 42,5% a inflação do grupo alimentação e bebidas foi de 74,5%. Dessa forma, se os preços dos alimentos subiram mais do que a inflação, as pessoas tiveram que despendar mais de sua renda para essa

despesa do que o valor que despendiam anteriormente e então, se a compra de um calçado ou uma roupa cabia no orçamento da família de classe média sem causar endividamento, com o aumento dos preços de despesas necessárias, no caso a alimentação, essa compra agora pode levar a família ao endividamento, mas olhando a situação com mais profundidade vemos que não é a compra de uma roupa ou um calçado que causa o endividamento, mas sim o aumento dos preços de despesas que são essenciais para a sobrevivência.

Portanto, são necessários estudos que avaliem a influência do aumento dos preços de bens essenciais, como por exemplo, os bens que se enquadram nas despesas responsáveis pela maior parte dos gastos familiares, no endividamento da classe média. Esse argumento também pode ser estendido às despesas de habitação e transporte, pois apesar de vermos na tabela 3.3 que a inflação dessas despesas não é tão alta quanto à dos alimentos, vemos diariamente nos jornais que os preços dos imóveis, dos aluguéis, da gasolina, das passagens de transporte público, entre outros, passam por frequentes aumentos de preço. Reportagem publicada pelo Jornal Valor Econômico, em maio de 2013, mostra que de acordo com os dados calculados pelo Banco Central, o preço dos imóveis residenciais subiu quase 30% entre o fim de 2010 e janeiro de 2013 e que esse aumento foi duas vezes maior do que a inflação no período.

Tabela 3.3 – Variação acumulada por grupos – IPCA.

Índice Geral e Grupo	Variação (%)									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	No Real
Índice Geral	5,69	3,14	4,46	5,90	4,31	5,91	6,50	5,84	4,95	341,00
Alimentação e Bebidas	1,99	1,22	10,79	11,11	3,18	10,39	7,18	9,86	7,52	283,23
Habitação	6,42	3,08	1,76	5,08	5,67	5,00	6,75	6,79	2,86	592,01
Artigos de Residência	2,71	-2,71	-2,48	1,99	3,04	3,53	0,00	0,84	6,18	128,17
Vestuário	7,11	5,07	3,78	7,31	6,11	7,52	8,27	5,79	4,54	202,86
Transportes	8,07	3,14	2,08	2,32	2,36	2,41	6,05	0,48	1,41	318,78

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor.
Elaboração: Própria.

A pesquisa realizada pela CNI (2012), citada na seção anterior, mostra que a maioria dos brasileiros prefere comprar à vista que a prazo. Dentre os entrevistados na pesquisa, 64% disseram que compras a prazo só devem ser feitas para bens de alto valor, como imóvel, automóvel, etc. Portanto, partindo desta informação, não é a compra de roupas e calçados que causa o endividamento da classe média brasileira, mas provavelmente algum desses bens de valor mais alto, já que essa é a opção de compra que as pessoas preferem parcelar.

Ainda de acordo com esta pesquisa, 63% dos brasileiros pretendiam comprar algum bem de consumo durável, imóvel ou viagem nos próximos seis meses. O item com maior intenção de compra foi material de construção, 25% dos entrevistados afirmaram ter a intenção de comprá-lo nos próximos seis meses. Em segundo lugar, no ranking dos produtos com maior percentual de intenção de compra, encontram-se empatados com 21% automóvel ou motocicleta, computador e televisão. Considerando os entrevistados que afirmam ter a intenção de aumentar suas compras e gastos frente à queda de juros, ou caso a queda ocorresse, 30% afirmaram que optariam pela compra de veículos e 28% de imóveis ou terreno. Em seguida têm-se a aquisição de eletrodomésticos e a reforma do imóvel com 17% e 16% de respostas, respectivamente. Portanto, observa-se que as pessoas não apontam roupas e calçados entre os bens que elas pretendem consumir, mais um indício de que não é esse tipo de despesa que causa o endividamento da classe média. Se as pessoas pretendem comprar veículos, imóveis e eletrodomésticos é provável que seja um desses bens o responsável pelo endividamento.

A intenção desta seção foi apontar alguns dos argumentos que indicam que a compra de roupas e calçados não é a principal causa do endividamento da classe média, podendo ser outras despesas como a compra de veículos, de imóveis ou de eletrodomésticos e eletroeletrônicos. As pesquisas nessa área ainda são poucas e a intenção deste trabalho é mostrar que os órgãos de pesquisa precisam fazer uma análise mais profunda das causas do endividamento da classe média brasileira, já que está é uma classe que evoluiu muito nos últimos anos e que elevou de maneira significativa seu poder de compra, representando parcela importante do mercado consumidor brasileiro.

CONCLUSÃO

Até o início dos anos 2000, o Brasil registrava altos níveis de desigualdade na distribuição de renda e de pobreza, e dessa maneira parte significativa da população não tinha acesso às condições básicas de sobrevivência. Segundo Barros *et. al.* (2001), a pobreza observada na economia brasileira seria mais sensível a mudanças na desigualdade da distribuição de renda do que ao crescimento econômico.

No entanto, até 1999 os mecanismos utilizados pelo Brasil para reduzir a pobreza eram resultado do crescimento econômico e não de políticas publicadas focadas em uma maior equidade da distribuição de renda. A partir de 2001 esse cenário muda e começamos a observar a queda do nível de desigualdade de distribuição de renda na economia brasileira, e atualmente o país está próximo de atingir o seu menor nível de desigualdade de renda.

É nesse contexto que se observa uma ascensão de indivíduos das classes de renda mais baixas para a classe média brasileira. De acordo com a SAE/PR (2012), o crescimento da classe média é resultado do crescimento econômico e principalmente da redução na desigualdade da distribuição de renda.

Atualmente a classe média brasileira representa mais de 50% da população brasileira e é a classe dominante do ponto de vista econômico, já que em 2009 concentrava 46,24% do poder de compra dos brasileiros. A partir deste contexto o presente estudo buscou analisar o consumo e os níveis de endividamento da classe média brasileira.

A análise observou que assim como para a população brasileira de maneira geral, as despesas com alimentação, habitação e transporte, são as despesas de consumo com as quais a classe média brasileira gasta a maior parte da sua renda. Essa três despesas juntas correspondem a 67,9% das despesas de consumo das pessoas de classe média com renda mais baixa e a 63,5% das despesas de consumo das pessoas de classe média com renda mais alta. O presente estudo também verificou que a atual classe média brasileira está tendo acesso a serviços e bens de consumo que antigamente eram restritos às classes com renda mais elevada. Em 2009, 97,62% das pessoas de classe média tinham acesso à televisão, 97,49% tinham acesso à

geladeira e 53,22% à máquina de lavar. Quanto aos serviços públicos, em 2009, 87,46% das pessoas de classe média tinham acesso à coleta direta de lixo e 57,78% tinham acesso à rede de esgoto.

O trabalho também teve como objetivo fazer uma análise do endividamento da classe média brasileira e avaliar se a sua principal causa era uma das três despesas com as quais a classe média despense a maior parte da sua renda. Devido à falta de literatura sobre o assunto a presente análise não pode ser tão rica quanto se pretendia no início. Dessa forma optamos por avaliar dados fornecidos por pesquisas realizadas por órgãos que estudam o endividamento da população brasileira.

De acordo com pesquisa realizada pelo SPC em parceria com a UFMG e a CNDL, observamos que a maior parte dos inadimplentes da população brasileira se encontra na classe média; a classe C1 compreende 28% dos inadimplentes e a classe C2 19%. Ainda de acordo com essa pesquisa, roupas e calçados foram apontados por 65% dos inadimplentes da classe CD como os produtos comprados que os levaram a ter conta em atraso.

Comparando esse resultado com o restante da nossa análise chegamos à conclusão de que é bastante provável que essa não seja a real causa do endividamento da classe média. Para defender nossa hipótese, listamos alguns argumentos, como por exemplo, a estabilidade do cenário macroeconômico atual que tem favorecido o desenvolvimento do segmento de mercado de crédito voltado para operações de prazos mais longos e de menores riscos, e também os níveis de inflação, que retratam aumentos maiores que o nível geral de inflação para os preços dos alimentos e de imóveis, que apontam que existe grande chance de que alguma dessas despesas de consumo com as quais a classe média gasta a maior parte da sua renda possa ser a principal causa do endividamento da classe.

Por fim, cabe ressaltar que a literatura sobre endividamento da classe média brasileira ainda é escassa e que existe a necessidade de que órgãos de pesquisa se dediquem a esse assunto e que novos estudos sejam feitos no sentido de avaliar as reais causas do endividamento da classe média brasileira. Uma sugestão para estudos futuros é tomar como base os argumentos que listamos, e investigar se as despesas de alimentação, transporte e habitação respondem por grande parte do endividamento da classe média, já que essas

são despesas que respondem pela maior parte dos gastos dessa classe e da população brasileira. Outra sugestão é que seja feita a extensão desse trabalho para os dados das próximas POFs e de futuras pesquisas sobre o endividamento da classe média.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, G. **Classes médias e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA (ABEP). **Critério de classificação econômica Brasil**, 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Evolução recente do crédito, da inadimplência e do endividamento das famílias**. *Relatório de Inflação*, p. 39–42, setembro de 2008.

_____. **Crédito Imobiliário às Empresas do Ramo de Construção, Incorporação Imobiliária e Atividades Correlacionadas**. *Relatório de Inflação*, p. 48-50, setembro de 2010.

_____. **Evolução do portfólio das dívidas bancárias das famílias**. *Relatório de Inflação*, p. 38–40, março de 2013.

BANERJEE, A. V.; DUFLO, E. **What is Middle Class about the Middle Classes around the World?** *Massachusetts Institute of Technology, Department of Economics*. Dezembro, 2007.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R. e MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Texto para discussão nº 800. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S. e MENDONÇA R. **A queda recente da desigualdade de renda no Brasil**. In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N. e ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006a. v. 1.

_____. **Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira**. *Econômica*, v. 8, n. 1, p. 117-147, 2006b.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. e FRANCO, S. **O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira**. In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N. e ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Rio de Janeiro: IPEA, v.2, 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Retratos da Sociedade Brasileira: hábitos de consumo e endividamento**. Brasília, novembro de 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOGISTAS, SISTEMA DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO BRASIL E UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Como o consumidor brasileiro paga as contas**. Outubro de 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. Brasília, novembro de 2013.

CONTRI, A. L. **A economia brasileira diante da crise econômica mundial**. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 37, p. 37-46, 2010.

D'AGOSTO, M. **Preço dos imóveis em alta, mas há riscos**. *Valor Econômico*, maio de 2013, <http://www.valor.com.br/valor-investe/o-consultor-financeiro/3143660/preco-dos-imoveis-em-alta-mas-ha-riscos#ixzz2o1Blry8W>. Acesso em: 18/12/2013.

EASTERLY, W. **The middle class consensus and economic development**. *Journal of Economic Growth*, v. 6, n. 4, p.317-335, 2001.

FERREIRA, V. R. M. **Psicologia Econômica: Estudo do comportamento econômico e da tomada de decisão**. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

GIAMBIAGI, F. *et. al.* **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GOLDAMAN SACHS; WILSON, D.; DRAGUSANU, R. **The expanding middle: the exploding world middle class and falling global inequality**. Julho, 2008.

HOFFMANN, R. **Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997-2004**. *Econômica*, v. 8, n. 1, p. 55-81, 2006.

_____. **Transferências de renda e desigualdade no Brasil (1995-2011)**. In: CAMPELLO, T. E NERI, M. C. (Orgs.). **Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de orçamentos familiares 2002 – 2003: perfil das despesas no Brasil**. Rio de Janeiro, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de orçamentos familiares 2008 – 2009: despesas, rendimentos e condições de vida**. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Nacionais: Brasil – 2005-2009**. Rio de Janeiro, n. 34, 2011.

LEÓN, M. G. **The rise of the middle classes and the economic growth in historical perspective: the Brazil's experience in the XX century**. *Universidad Carlos III de Madrid, Department of Economic History and Institutions*, 2012.

MACIEL, R. G. C. e LUCENA, W. G. L. **A precificação psicológica relacionada ao comportamento do consumidor no processo de decisão de compra de bens ou serviços.** *Gestão Contemporânea*, v. 9, p. 91-113, 2012.

MANKIW, N. G. **Macroeconomia.** Rio de Janeiro: LTC, 7ª edição, 2010.

MONTALI, L. e TAVARES M. **Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras.** *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 25, p. 211-231, 2008.

NERI, M. C. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres.** Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

NERI, M. C.; MELO, L. C. C. de; MONTE, S. R. S. **Superação da pobreza e a nova classe média no campo.** Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2012.

QUADROS, W. J. **A nova classe média brasileira.** Campinas: IE/UNICAMP, 1985.

QUADROS, W. J. **O “milagre brasileiro” e a expansão da nova classe média.** Campinas: IE/UNICAMP, 1991.

RESENDE, J. G. L. **Microeconomia 1:** Notas de aula. Texto xerocado fornecido pelo autor, 2011. Brasília: Departamento de Economia da Universidade de Brasília.

RIBEIRO, F. C. S. *et. al.* **A evolução do produto interno bruto brasileiro entre 1993 e 2009.** *Vitrine da Conjuntura*, v. 3, p. 1-11, 2010.

SACHS, J. D. e LARRAIN, F. B. **Macroeconomia em uma economia global.** São Paulo: MAKRON Books, edição revisada e atualizada, 2000.

SCALON C. & SALATA A. **Uma nova classe média no Brasil da última década?** O debate a partir da perspectiva sociológica. *Sociedade e Estado*, v. 27, p. 387- 407, 2012.

SECRETÁRIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SAE/PR). **Vozes da classe média.** Brasília, edição: marco zero, 2012.

SLOMP, J. Z. F. **Endividamento e Consumo.** *Revista das Relações de Consumo*, p. 109-131, 2008.

VARIAN, H. R. **Microeconomia Princípios Básicos:** Uma Abordagem Moderna. Rio de Janeiro: Campus, 10ª Edição, 2006.

VENTURA, R. – **Mudanças no perfil do consumo no Brasil:** principais tendências nos próximos 20 anos. Rio de Janeiro: Macroplan Prospectiva, Estratégia & Gestão, 2010.